

CRISHNA IRION

**O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO PELO
ESTADO - O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

POUSO ALEGRE

2012

CRISHNA IRION

**O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO PELO
ESTADO - O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

Trabalho de dissertação apresentado ao Curso de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Lauro S. Baldini

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

POUSO ALEGRE

2012

Irion, Crishna.

O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO PELO
ESTADO - O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/

Crishna Irion – Pouso Alegre: Univás, 2012.

76f.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Linguagem –
Universidade do Vale do Sapucaí, Univás, 2012.

1. Análise do Discurso 2. Individuação do sujeito. 3. Sujeito.

CRISHNA IRION

**O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO
ESTADO - O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em __/__/____ pela banca examinadora
constituída pelos professores:

Professor
Orientador

Professora
Examinadora

Professora
Examinadora

Dedico

A Thiago e Laura.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao meu lindo marido Thiago, que segurou na minha mão e me ajudou a continuar no momento mais difícil da minha vida, e por todos os momentos juntos. Companheiro, amigo, confidente. Como admiro essa pessoa! Não conheço ninguém melhor nesse mundo. Obrigada lindo, por tudo, por ser esse marido maravilhoso e agora o melhor pai. Te amo!

À minha filhinha Laura, tão querida, esperada, amada que agüentou tantas vezes esperar a mamãe acabar os trabalhos para ganhar um colinho.

À indefinível Eni P. Orlandi (ela é o ápice intelectual e a sua humildade é proporcional ao seu sucesso) pelo incentivo, por acreditar em mim, por acreditar que ainda há tanta beleza no conhecimento que até emociona.

À minha grande amiga Miriam, professora, mestra, querida incentivadora, motivadora.

Ao meu orientador, Lauro Baldini, que me incentivou e me ajudou nesse trabalho.

Às minhas amigas Dani e Valéria que me incentivaram a fazer parte desse mestrado.

Aos queridos mestres, professores do mestrado, que com sua humildade e simplicidade tanto me incentivaram e me motivaram a amar cada aula, cada reunião, cada evento do mestrado.

Aos meus amigos queridos, que tanto estimo e, que mesmo de longe, estão sempre comigo!

*"Deus nos concede, a cada dia, uma página de vida nova no livro do tempo. Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta."
(Chico Xavier)*

IRION, Crishna. **O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO ESTADO: O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**. 2011. Dissertação de Mestrado em Ciência da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2011.

RESUMO

A constituição da proposta tecnológica do Estado é pensada neste trabalho, em que procuro compreender o processo de individuação do sujeito acadêmico do curso de Sistemas de informação através do discurso da Sociedade da Informação. Através da análise do material técnico-pedagógico produzido para o curso de Sistemas de Informação, analiso o Projeto Pedagógico, partindo da compreensão dos documentos que o Estado produziu para a constituição da Sociedade da Informação, como documentos do Banco Mundial, o Livro Verde, Brasil (2000), do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), as diretrizes para os cursos da área de computação (CNE/MEC, Brasil, 2003). Procuro perceber a constituição da posição sujeito, em seu processo de individuação, quanto às condições de produção da Sociedade da informação, buscando compreender as condições de produção nas formas profissionais de mercado e o processo de inscrição na formação discursiva do sujeito da Sociedade da Informação. É na compreensão do processo em que o sujeito se significa sendo individualizado pelo Estado que questiono o efeito da evidência do consenso, em sua negação ao político, como a diferença que divide o social, em decorrência das disputas de poder e, na divisão do social, aparece a contradição do discurso. Para tanto, investigo as questões da ideologia, a questão da memória e do interdiscurso, nos mecanismos do Estado, assim como verifico a questão da tecnologia da informação e mundialização como parte do processo de evidências na construção dos sentidos que se constituem.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Individuação do sujeito. Sujeito

IRION, Crishna. **O SUJEITO NO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO ESTADO: O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**. 2011. Dissertação de Mestrado em Ciência da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2011.

ABSTRACT

The constitution of proposed technology the state in digital inclusion programs, is designed in this study, I seek to understand the subject discourse of the Information Society, through discourse analysis of the technical-pedagogical material produced for the course in Information Systems . Analyze the Pedagogical Project Information Systems Course, based on the understanding that the State produced documents for the establishment of the Information Society, and World Bank documents, the Green Book, Brazil (2000), the Ministry of Science and Technology (MCT), guidelines for courses in computer (CNE/ MEC, Brazil, 2003). Seeking to realize the establishment of the position of subject, in the process of individuation, the conditions for the production of the information society, seeking to understand the conditions of production in the forms market professionals and the application process in the discursive formation of the subject of the Information Society. It is the understanding of the process in which the subject is meant to be individualized by the State that question the evidence of consensus, supported by the assumption of the political, as the difference that divides the social, as a result of power struggles, and the division of social, appears the contradiction of speech. To do so, investigate the issues of ideology, the question of memory and interdiscourse, the mechanisms of the state, as well as check the issue of information technology and globalization as part of the evidence in the construction of meanings that are constituted.

Keywords: Discourse analysis. Subject Individuation. Subject

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Triplo indissociável: sujeito, conhecimento e tecnologia.....	34
Figura 2 – Processo de individuação.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
SBC	Sociedade Brasileira de Computação

SUMÁRIO

PARTE I - A TEORIA

1.1. INTRODUÇÃO.....	13
1.2. ANÁLISE DO DISCURSO.....	20
1.3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	27
1.4. FORMAÇÕES DISCURSIVAS	29
1.5. O SUJEITO.....	33
1.5.1. Interpelação Do Indivíduo Em Sujeito.....	34
1.5.2. Processo De Individuação Do Sujeito.....	36
1.5.3. Sujeito Individuado.....	36

PARTE II - A SOCINFO

2.1. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, A LINGUAGEM, O ESTADO.....	39
--	----

PARTE III - A ANÁLISE

3.1. O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ESSE TAL SUJEITO DO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO ESTADO... ..	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	76

PARTE I - A TEORIA

1.1. INTRODUÇÃO

A minha vivência docente, no contato com o acadêmico de Sistemas de Informação, me fez pensar em como esses jovens se constituem enquanto sujeitos, buscando compreender o discurso encontrado no projeto pedagógico do curso de Sistemas de Informação, enquanto ferramenta institucional, na constituição do dizer dessa formação discursiva, no ambiente universitário e social. Certo dia, ao comentar sobre meu trabalho, em que penso na constituição do sujeito na Sociedade da Informação através da Análise do Discurso, em sala de aula, um aluno definiu o acadêmico ao entrar na universidade como um “homem das cavernas” que tem um longo túnel e uma luzinha no final. Isso me levou a pensar como a formação universitária é atravessa pelo discurso da Sociedade da Informação nos sentidos do sujeito em uma relação de evidência, em que o conceito de tecnologia da informação aparece como necessidade suprema e fundamental à existência dos conhecimentos e competências profissionais, como luz no fim do túnel.

Há sociedades na sociedade e uma delas é a sociedade da informação, em que um sistema a rege, e esse sistema é conhecido como sistema de informação. Este é construído com base em uma tecnologia. E esse conceito de tecnologia da informação passou a ser sinônimo, nos últimos tempos, de imprescindível, necessário, óbvio. É importante nos passos para elaboração desse trabalho pensar os aspectos em que aparecem articulações e efeitos de sentido na formação discursiva constituída por premissas do discurso capitalista, empreendedor e do mercado, em que a tecnologia da informação constitui o dizer, assim como no sujeito do discurso da Sociedade da Informação aparece também no espaço universitário.

É na constituição do dizer, do já-dito que o sujeito, para significar (e se significar), insere-se em condições de produção institucionalizadas entre o simbólico e o político que, segundo Orlandi (2001), articulam-se produzindo efeitos no modo como a linguagem se espacializa.

Orlandi (2009b) observa a questão da constituição dos sentidos no advento das novas tecnologias de linguagem em que as questões sobre a formulação e a circulação dos sentidos estão em evidência, quando a noção de “meio”, enquanto materialidade em que acontece e se

estrutura o significante - verbal, não verbal (...) - ocupa um espaço na reflexão atual em diferentes disciplinas que tratam da linguagem, da comunicação, da informação. A noção de informação ganha novas determinações no modo como as tecnologias de linguagem e a mídia entram em consideração, observados os deslocamentos produzidos nas relações dos sujeitos com a linguagem.

Ao longo da minha pesquisa, analiso textos que desenvolvem as premissas da Sociedade da Informação, permitindo perceber o funcionamento discursivo em que a tecnologia da informação aparece como óbvia, transparente. Textos como as diretrizes para a sociedade do conhecimento do Banco Mundial¹ (BM) e da Sociedade da Informação no Brasil no Livro Verde, Brasil (2000), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram desenvolvidos no final do século XX, carregados ideologicamente pelo capitalismo, em que o Estado reafirma o paradigma do avanço tecnológico.

O BM, em seus documentos, determina sentidos fundantes sobre o poder do mercado e a segregação econômica, assim como a educação como mercadoria. Documentos esses, que aparecem no final do século XX, ferramentas do Estado, carregadas pelos sentidos do capitalismo e sua ideologia econômica, reafirmando o paradigma de avanço tecnológico. Ainda determina sentidos sobre o poder do mercado e a segregação econômica, em documentos que definem a lógica da educação como mercadoria, associando as diretrizes educacionais à necessidade de crescimento econômico, fomentada por fatores econômicos envolvendo os países em desenvolvimento.

Aparece nesses discursos o sentido de educação profissionalizante por necessidade mercadológica do mundo capitalista, pela orientação econômica dada ao setor educacional dentro da perspectiva econômica de relação custo e benefício, fundamentada pelo processo de planejamento da dívida externa brasileira.

O BM assume a função de contribuir com os ajustes dos países-clientes, juntamente com o FMI (Fundo Monetário Internacional), para assegurar que esses honrem o pagamento da dívida. Nesse novo papel, o BM assume posição central no processo de orientação de projetos na área da educação, em que o Ensino Superior se torna objeto de críticas por ser considerado um gasto social dispendioso e será considerado campo de reformas junto com os ajustes da dívida.

¹ Doravante referenciado como BM

Na década de 90, o BM direciona a Educação Superior para a área de investimentos econômicos e da produção de consenso, em que consagrará sua hegemonia sobre as demais agências como a ONU, a UNESCO, o UNICEF, imprimindo um caráter mais economicista às orientações para a educação. Essa hegemonia aparece nos documentos de Educação Superior em que o BM abrange projetos educacionais de infraestrutura e na produção do pensamento voltado aos interesses econômicos dos países centrais, segundo Mari (2009).

Segundo o BM (1995, p. 17), “estas novas instituições devem formar novos conhecimentos através do ensino e da pesquisa avançada e servir de conduto para sua transferência, adaptação e divulgação”; “a contribuição da educação superior para os recursos humanos é muito ampla. Para As universidades, neste subsetor, podem influir de maneira importante no crescimento econômico de um país”. Mari (2009) afirma que nesses documentos o que aparece em relação ao conhecimento indica como a Educação Superior é direcionada às tendências tecnológicas e incorporada nos discursos oficiais como um grande campo de inserção de novas atividades econômicas.

De fato a educação superior é fundamental não somente para criar capacidade intelectual, da qual depende a produção e a utilização dos conhecimentos, se não também para promover as práticas de aprendizagens contínuas e necessárias para atualizar em forma permanente os conhecimentos e as destrezas individuais. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 17).

O BM define a função do conhecimento como fator produtivo e de coesão social, produtor de desenvolvimento e dinamizador da economia, articulado às orientações de ajustes às economias periféricas dos países em desenvolvimento, para que seja alcançada a sociedade do conhecimento que posteriormente ficou conhecida como Sociedade da Informação.

O Brasil se inseriu na discursividade da sociedade da informação no final dos anos 90, com as discussões entre o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) produzindo os documentos do Programa Sociedade da Informação, os quais contemplavam dez objetivos que perpassavam por áreas que iam da educação às relações internacionais. Para Neves (2008) essa visão, a inserção dos cidadãos brasileiros na nova era da informação passou a ser uma obrigação dos poderes públicos. A inserção do Brasil nesse novo contexto de inclusão foi regulamentada pela oficialização do Programa Sociedade da Informação por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999, cuja sua finalidade substantiva é:

[...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade (BRASIL, 2000, p.5).

O Livro Verde, Brasil (2000), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi desenvolvido pelo Governo Federal no início dos anos 2000, com objetivo de definir a construção da Sociedade da Informação no Brasil, em que define uma proposta inicial de ações concretas, composta de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento específicos do Programa Sociedade da Informação.

O Programa Sociedade da Informação, apresentado pelo Livro verde, (Brasil, 2000), tinha como proposta inicial, em um de seus objetivos, "[...] contribuir para a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política [...]" (BRASIL, 2000, p.6). Dentre os quesitos de oportunidade do Programa foram listados alguns itens, tais como: a importância da utilização da Internet para o comércio eletrônico (ampliação, diversificação e aperfeiçoamento); a divulgação de negócios e comunicação mais rápida e menos onerosa para as pequenas e médias empresas; geração de um ambiente inovador (empreendedorismo); na geração de novas oportunidades de trabalho; a universalização do acesso (combatendo desigualdades e promovendo a cidadania) e a educação e aprendizado ao longo da vida (desenvolvendo competências).

As premissas propostas pelo BM aparecem como parte das condições de produção que aparecem no Livro Verde, Brasil (2000), em que a Sociedade da Informação tem como definições da sua construção prover infra-estrutura de informação, integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade, conforme os documentos do BM.

O BM, o Livro Verde, Brasil (2000), assim como sites institucionais que o governo criou sobre a inclusão digital, fazem parte das pistas que indicam o processo de evidências das políticas públicas sobre as condições de produção instauradas no processo de constituição do Projeto Pedagógico do Curso² de Sistemas de Informação.

Dias (2010) afirma que a sociedade da informação contribui fortemente para a “redivisão do espaço urbano”, regularizada sobre aqueles que têm computador e acesso à Internet e aqueles que não têm. E surge, para a autora, o consenso de que a partir dessa

² Doravante referido como PPC

redivisão é necessário incluir para promover a igualdade, um paradoxo que se instaura progressivamente nas políticas públicas de inclusão digital do Brasil, em que se redivide para buscar incluir.

Procuro neste trabalho, discutir os mecanismos do estado, através do discurso que constitui a sociedade da informação, analisar o efeito da evidência do consenso, em sua negação ao político, como a diferença que divide o social em decorrência das disputas de poder, em que a divisão do social aparece na contradição do discurso, na divisão dos sentidos e dos sujeitos. Para Orlandi (2010f, p. 14) “o consenso se apoia na necessidade da aparente harmonia” e a autora questiona como o consenso produzido por políticas públicas significa na articulação das formações sociais dando forma e sentido ao sujeito. A autora afirma que a contemporaneidade é marcada, entre outras, pela condição da instalação de um Estado que se legitima como administrador de novas tendências e da dinâmica do mercado como prática dominante, e afirma que dentro da sociedade capitalista individualista há uma ilusão da relação de inclusão/exclusão através da capacitação, competência que chama de forma de pensar na sua verticalidade, assim como fala da horizontalidade que representa o modelo social em lugares que prevalecem, o paradigma da segregação. A segregação, as “disposições diferentes” no espaço urbano, é o que se representa como estar dentro ou fora das formas atuais da sociedade.

Para Orlandi (2009a), o discurso tecnológico re-organiza a vida intelectual e redistribui os lugares de interpretação, assim como desloca o funcionamento da autoria e a própria concepção de texto e, afirma ainda, que é uma tecnologia da escrita, mas que se difere pela sua natureza do ponto de vista técnico, científico e administrativo, em termos sociais e políticos.

Orlandi, (2010c) afirma que sujeito e sentido constituem-se ao mesmo tempo e que o sujeito ao significar, significa-se e afirma ainda que a interpelação do indivíduo, afetado pela língua e pela ideologia, resulta em uma forma sujeito histórica, capitalista, que segue no processo em que sua relação com o Estado acontece de maneira própria e, o Estado capitalista que funciona pelo jurídico, direitos e deveres, cumpre seu funcionamento capitalista individualizando o sujeito pela prática de suas Instituições e discursos. A forma sujeito individualizada, em que o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e responsável, em que a liberdade e a submissão são uma contradição que o sujeito assume no seu modo de funcionamento dentro da ideologia capitalista. Orlandi (2010a) define que esse sujeito individuado, já afetado

pela língua e ideologia, se identifica pela inscrição nas diferentes formações discursivas, às quais resultam diferentes posições sujeito, relativas às formações sociais.

Com essa pesquisa procuro analisar as evidências da posição sujeito, em seu processo de individuação, quanto às condições de produção do sujeito do discurso da Sociedade da Informação. O processo de individuação do sujeito pelo Estado me levou a pensar na questão da inscrição do sujeito em formações discursivas, presentes na formação discursiva do sujeito do discurso da Sociedade da Informação. Procuro verificar as condições de produção, como aparecem as formas profissionais de mercado e a formação discursiva através do PPC de Sistemas de Informação, verificando o processo em que o sujeito se significa sendo individualizado pelo Estado.

Esse trabalho investiga as questões da ideologia, buscando compreender a questão da memória, do interdiscurso, através dos processos em que o Estado individualiza o sujeito e, como as suas políticas públicas aparecem nas condições de produção. Verifico, ao longo da pesquisa, a questão da tecnologia da informação e mundialização como parte do processo de evidências, e como aparecem na construção dos sentidos que constituem o sujeito.

A questão da inclusão digital, de uma padronização social através de tecnologias da informação “proposta” pelas políticas públicas, segundo Dias (2010), tem como objetivo a segregação da boa circulação e da má, nos procedimentos de controle do espaço de circulação, em que o Estado busca administrar a circulação em seus mecanismos de controle, os quais produzem uma mudança na ordem significativa do espaço. É nesse processo de significação que a sociedade atual passa a assujeitar-se às condições de produção da forma discursiva do mercado, do capitalismo. O capitalismo não se constitui sem o aumento da desigualdade social, da exploração de classes e do conseqüente afluimento dos movimentos sociais das minorias; não tem vida longa sem gerar os seus antagonismos.

Para Orlandi (2010a), o processo discursivo do jogo de relações em confronto, como a divisão de classes, a segregação social, fundamentam o sistema dominante (capitalismo) e o político aparece como argumento em que de um lado aparece a questão da globalização, a democracia global ilusória e por outro lado a prática real de uma economia ditatorial. “Ao falarmos de ‘reprodução/trans formação’, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes” (Pêcheux, 1997).

Orlandi (2009c) apresenta o real do discurso como a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição. E o imaginário, por sua vez, é a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição.

A partir do imaginário percebe-se a afirmação inicial sobre o conceito de tecnologia de a informação ser imprescindível, necessária, óbvia. Para Orlandi (2009c), o jogo de poder no assujeitamento do indivíduo está no movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que se torne sujeito do seu discurso ao submeter-se às condições de produção impostas pelo Estado, embora tenha a ilusão de autonomia.

A Análise do discurso me permite analisar fatos históricos, políticos e de linguagem e os efeitos de sentidos do sujeito do discurso da Sociedade da Informação, aspectos estes, observados para que se consolide a análise em meu trabalho. Assim como Orlandi (2009a), acredito que a tecnologia da informação faz parte do desenvolvimento da relação dos sujeitos com a linguagem, com a ciência e com as técnicas na necessidade de significar (-se), expressar-se, organizar-se, criar-se.

Assim, no corpus do meu trabalho analiso o PPC de Sistemas de Informação, mas verifico anteriormente à própria análise do discurso aí recortado, as diretrizes da construção desse projeto pedagógico, que se baseia nas definições da Sociedade da Informação proposta pelo Estado no Livro Verde, Brasil (2000), posteriormente difundidas em documentos de premissas dos cursos de tecnologia e computação do MEC, com disseminação pela Sociedade Brasileira de Computação, órgão este que direciona as definições da área de tecnologia no Brasil.

O trabalho está estruturado de forma que: no capítulo dois trabalho os conceitos de Análise do Discurso, memória e a linguagem. Já no capítulo três, comento a Formação Discursiva, as Condições de Produção e o sujeito relacionado com a tecnologia da informação e o conhecimento, atravessados pela linguagem, assim como apresento os conceitos do processo de individuação do sujeito. Já no capítulo quatro, é discutida a Sociedade da informação, a linguagem e o Estado. No capítulo cinco, analiso o corpus, o PPC de Sistemas de Informação, e o processo pelo qual o sujeito se individualiza. Finalmente, apresento as considerações finais desse trabalho.

1.2. ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso³ foi principiada por Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo francês, por meio da obra *Analyse Automatique du Discours*, publicado em 1969, que propôs um espaço de entremeio da/na linguagem – a AD – que, apoiada no tripé Lingüística-Marxismo-Psicanálise, indicava uma concepção socio-histórica e ideológica para a linguagem.

A Análise do Discurso (AD) trata do discurso, observa a prática da linguagem, o homem falante, sua maneira de significar e se significar, assim como a produção de sentidos. Orlandi (2009c) afirma que a AD considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

Para Orlandi (2009c), não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Assim, a língua faz sentido, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. O sujeito discursivo é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia. O sujeito encontra-se exposto a uma infinidade de informações, de conhecimentos variados e excessivos, além de estar amplamente sob o domínio de muitas linguagens no virtual, suas tecnologias, domínio de línguas, linguagens técnicas, em suas formas de linguagem no espaço público e em grande diversidade de situações discursivas e controles da memória nessas situações. A unidade do discurso é um efeito de sentido.

Orlandi (2009c) afirma que a AD pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo e, que se constitui como uma disciplina de entremeio, fazendo-se na contradição dos três campos do saber. A análise de discurso se faz, para Orlandi (2009c), entre a linguística e as ciências sociais e, se, por um lado, interroga a linguística que exclui o que é histórico-social ao pensar a linguagem, por outro lado interroga as ciências sociais na medida em que estas não consideram a linguagem em sua materialidade. A AD faz isso sem, no entanto, ser uma resposta a essas questões, mostra que para responder ao que interroga é necessário um deslocamento de terreno e constituir outra região teórica em que a relação entre o sócio-histórico e o linguístico é constitutiva, o que liga o dizer a sua exterioridade constitui o próprio dizer.

³ Doravante somente será referenciado por AD.

Para Pêcheux (2009) a Teoria do discurso é a determinação histórica dos processos de significação, em que a língua tem sua materialidade e não é transparente, assim como não são transparentes o sujeito e a história. Pêcheux (1975 apud Orlandi 2009c), ao elaborar a teoria da análise do discurso buscava, no plano teórico, a construção de uma disciplina capaz de explicitar a relação entre ideologia, discurso e língua, partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua.

A AD se diferencia, por exemplo, da Análise de conteúdo, pois considera como o texto está sendo produzido, como ele significa. A AD deve expor o leitor à opacidade do texto, movimentando a percepção, pois observa o texto como objeto e teoria, em uma relação dinâmica entre análise e teoria, em que trata do discurso, observa a prática da linguagem, o homem falante, sua maneira de significar e se significar, assim como a produção de sentidos. Orlandi (2009c) afirma que a AD considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

“Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Ao significar o sujeito está se significando.” (Orlandi, 2010f, p. 11) A autora explica que para que as palavras façam sentido é preciso que um complexo processo de memória, chamado saber discursivo constitua sentido em nós. Assim como define os sujeitos como seres simbólicos e históricos, que tem necessidade de sentidos para viverem. E, para que a língua faça sentido, é necessário que se inscreva na história.

A forma linguístico-histórica não é oculta, mas significa, constitui o texto, ou seja, o texto está atravessado pela história, pelo político e tudo isso constitui o que se está dizendo. Para Orlandi (2010e), a historicidade é uma questão fundamental na análise de discurso, sendo que quando se fala em sujeito, trata-se diretamente da relação língua/sujeito/história, assim como quando se fala em sociedade, é da sociedade tomada na história a que se refere.

Orlandi(1994) observa que a Análise de Discurso produz realmente sua forma de conhecimento, com seu objeto próprio, que é o discurso. E que este, por sua vez, se apresenta como o lugar específico em que se pode analisar a relação entre linguagem e ideologia. Para Orlandi (2007a), a materialidade das condições de produção dispõe a vida dos sujeitos e a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos acontece pela resistência desses sujeitos que vão constituir outras posições e materializar outros lugares: “nem fixados ad eternum,

nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns” (ORLANDI 2007a, p.2). A autora ainda afirma que os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas que não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso, nesse entremeio, nesse espaço de interpretação e define que a determinação não é uma fatalidade mecânica, mas histórica.

um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação (...) são processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc. (ORLANDI, 2009c, p.20 e 21).

Orlandi (2009c) salienta a diferença entre o dispositivo teórico da interpretação (dispositivo que se mantém inalterado, como os princípios gerais da AD como forma de conhecimento com seus conceitos e métodos) e os diferentes dispositivos analíticos à disposição dos pesquisadores. Para Orlandi (2009c) o dispositivo teórico da interpretação, que objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, apresenta-se como parte responsabilidade do analista e parte deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da análise de discurso. Assim:

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formule, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais. Por isso distinguimos entre o dispositivo teórico da interpretação, tal como o tematizamos, e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica (ORLANDI, 2009c, p.27).

É neste sentido que as questões relativas à relação textual e discursiva com a exterioridade adquirem relevância, pois os dizeres:

são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem que apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos tem a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi.

Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2009c, p.30).

A ideologia, conforme Orlandi (2009c), atravessada nos discursos dá a impressão de transparência, da evidência que aparece no pré-construído. Porém, a linguagem não é um simples instrumento de comunicação ou de transmissão de informação pois ela serve, também, para não comunicar. A linguagem é o lugar de conflitos e confrontos, pois ela só pode ser apanhada no processo de interação social. Não há nela um repouso confortante do sentido estabilizado, do eficaz ou do domínio sobre o que é dito.

Em minha análise, a transparência quanto à tecnologia da informação e a exigência mercadológica do processo de capacitação e habilidades profissionais aparece com grande frequência. Os conflitos aparecem quando se verificam as diretrizes dos cursos de graduação tecnológicos e as reais diretrizes da universidade.

Segundo Orlandi (2009c) a memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer retorna sob forma do já-dito. Porém, o não-dito naquilo que já foi dito aparece como a presença de uma ausência. O interdiscurso, como é chamada essa memória discursiva, afetada pelo esquecimento, segundo Pêcheux (1975 apud Orlandi 2009c) se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome”, uma voz em que “algo fala antes, em outro lugar, independentemente”, produzindo o efeito do já-dito. Esta memória discursiva, o saber discursivo, torna possível todo dizer que retorna sob forma do já-dito. “O saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2009c, p.31).

Assim, para Orlandi (2009c, p.33), o interdiscurso “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (...). Para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”, pode-se então, refletir a interdiscursividade como a relação de um discurso com outros discursos.

A evidência é um efeito produzido pelo funcionamento discursivo, e no sujeito do discurso da Sociedade da Informação, tudo é evidente, o sentido parece ser evidente. Pêcheux, ao elaborar a teoria da análise do discurso buscava, no plano teórico, a construção de uma disciplina capaz de explicitar a relação entre ideologia, discurso e língua, partiu da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (Orlandi 2009c, p.17). Para Pêcheux,

todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (Pêcheux, 2008 p.56).

A partir de Althusser e a conceituação de ideologia como prática, materializada nos e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, Pêcheux desenvolve sua teoria e afirma que a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado) (Pêcheux 2009, p. 146). As formações ideológicas representam, pois, a objetividade material da instância ideológica, sendo caracterizadas como uma estrutura de desigualdade- subordinação (Pêcheux 2009, p. 147).

Segundo Pêcheux (2009), a teoria discursiva não trata de transmissão de informação, entendida como codificação: de um lado o receptor e de outro o emissor de mensagens que necessariamente teriam um sentido. As palavras não têm um sentido nelas mesmas, sentido encapsulado para todo o sempre, fora do tempo, impermeável à situação. A compreensão das palavras, de um texto, passa por um percurso de leitura também exterior, das suas condições de produção.

O que aparece na reflexão, a partir da teoria discursiva de Pêcheux, é que se há escolha, é por que existiram as possibilidades, e os fundamentos para que todas as alternativas fossem deixadas de lado são parte do que conceitua como condições de produção. São essas condições que interdizem que o sujeito produza algum discurso fora delas; que restringem, para possibilitar, não todo, mas algum discurso. (Pêcheux, 2009).

Pêcheux afirma que a ideologia é materializada por meio dos discursos e articulada por sujeitos. Conforme seu texto em que cita: "só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos". (PÊCHEUX, 2009, p.135).

Orlandi (2007a) afirma que

ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique (ORLANDI, 2007a, p.48).

Diferentes linguagens tem suas diferentes materialidades, como acontece na linguagem digital, que têm seus distintos modos de significar que ao mesmo tempo desafiam

o homem, mas são também uma abertura para e do simbólico, como afirma Orlandi (2009a), a linguagem é um lugar de invenção, de diferença e de exercício da habilidade e, na linguagem digital há uma re-organização da vida intelectual, de forma a redistribuir os lugares de interpretação, deslocando o funcionamento da autoria e a própria concepção de texto. Porém, Orlandi (2009a) enfatiza que ainda é uma tecnologia da escrita que causa impacto semelhante ao da invenção da imprensa, mas que se difere pela sua natureza técnica, científica e administrativa, nos termos sociais e políticos.

Em qualquer espaço, mas principalmente no espaço da educação, existem pistas de linguagem referentes à globalização econômica, circulando a todo o momento, e a ordem atual é que a sociedade esteja “incluída tecnologicamente”. O mesmo acontece com a universidade.

Payer (2005) afirma que o domínio dessas múltiplas linguagens constitui condição necessária para o sujeito “inserir-se no mercado”. Esse tipo de competência comunicativa de várias faces e encenada constitui, portanto, requisito indispensável para as relações entre interlocutores de um novo mercado global, em que o foco aparece nas relações competitivas e, em paralelo ao aparecimento dessa demanda de domínio de novas e múltiplas linguagens, vai surgindo uma nova forma de sujeito. O sujeito que vai “dominar” estas linguagens, na evidência produzida, é capaz de tudo compreender, de controlar os efeitos de sentido do seu discurso.

É esse o sujeito que propõe a Sociedade da Informação, sujeito que domina as linguagens, capaz e com habilidades necessárias para controlar as relações competitivas do mercado globalizado, sujeito que propõe formar a universidade, através do Projeto pedagógico do curso de Sistemas de Informação.

Para Dias (2004) o sujeito interpelado no lugar da evidência, em sua relação com o sentido tecnológico e suas determinações na forma-sujeito, é aquele pelo qual a relação de sentidos do “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui.

O sujeito é constituído pelo efeito do simbólico, o que explica Orlandi(2005) “se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, ele não produz sentidos” (ORLANDI, 2005). Para a autora, não há discurso sem língua, e não há língua sem discurso, assim como não há acontecimento sem atos de sujeitos, e não há atos fora do acontecimento.

Payer(2005) define o funcionamento da linguagem no contexto contemporâneo, e apresenta como característica a sua incerteza, questionando as direções desse contexto, quanto à compreensão da linguagem e sua relação com os sujeitos e a sociedade, reafirmando a constituição das perspectivas na ampliação das possibilidades em vários níveis, humanos, sociais. Relaciona os saberes dos sujeitos, assim como o lugar na memória da proliferação das linguagens na mídia, atendo-se na questão principal que são as formas de linguagem e de sujeito que vêm sendo requisitadas nas atuais condições de produção, que se apresentam fundamentalmente nas formas da globalização econômica.

O sujeito, segundo Payer (2005), encontra-se exposto à demanda de conhecimento e sob o domínio de muitas linguagens no virtual, suas tecnologias da informação, domínio de línguas, linguagens técnicas, em suas formas de linguagem no espaço público e em grande diversidade de situações discursivas e controles da memória nessas situações.

O sujeito da Sociedade da informação, tem como condições de produção essa necessidade da capacidade de performance de linguagem, imprimindo a imagem de domínio dos elementos tecnológicos que, segundo Payer (2005), é para impressionar os interlocutores na produção da evidência de sentidos.

1.3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

As premissas fundamentais das condições de produção abrangem, fundamentalmente, sujeitos e situação (ORLANDI, 2009c). Assim, ao produzir discursos é importante ressaltar o papel da memória, que quando relacionada ao discurso deve ser tratada como interdiscurso.

O processo de produção de sentidos possui três momentos inseparáveis que são a constituição, formulação e circulação dos sentidos, que segundo Orlandi (2010c), quando se trata do discurso eletrônico é através da circulação dos sentidos que se pode pensar nos outros dois momentos. Já o modo de circulação dos sentidos no discurso eletrônico, para Orlandi (2010c), por sua especificidade produz consequências sobre a função-autor e o efeito-leitor e, essas consequências estão diretamente ligadas à natureza em que os sentidos se filiam à memória.

A memória para a autora distingue-se entre memória discursiva (interdiscurso), memória institucional (arquivo) e memória metálica (técnica). A primeira, o interdiscurso, é constituído pelo esquecimento, em que uma “voz fala sem nome” (COURTINE 1982 apud ORLANDI 2010c) e “algo fala antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX apud ORLANDI 2010c), no qual é produzido o efeito do já-dito. Já a memória institucional ou arquivo, conforme observada pela autora, é aquela que não se esquece, as quais as Instituições fazem questão de nutrir, normatizando o processo de significação, contribuindo no processo de individuação do sujeito pelo Estado, sustentando-o em uma textualidade documental, que mantém o sujeito em circularidade de discursos sempre disponíveis. Finalmente, a memória metálica, técnica, produzida pela mídia e por tecnologias da informação, como a televisão e o computador, é aquela memória da máquina, da circulação que não se produz pela historicidade, mas por meio técnico, sendo horizontalizada, não havendo estratificação em seu processo. É marcada pela quantidade e não pela historicidade, assim como, pela produtividade na repetição e distribuição em série, e questionada pela memória discursiva, em que se define o possível justamente pelo esquecimento.

Para Orlandi (2010c), essas diferentes formas de memória constroem as diferenças nos três momentos: constituição, formulação e circulação, assim como determinam a posição da função-autor e o efeito-leitor, pois qualquer forma de memória tem uma reação necessária com a interpretação e, por consequência, com a ideologia.

Há, nos discursos, relações de sentido que possibilitam fazer antecipações ao interlocutor, o modo em que ele interpretará o que foi dito. Segundo Orlandi (2009c, p.39), esse mecanismo de antecipação “regula a argumentação, de tal modo que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”. Ressaltamos ainda que esta antecipação imaginária construída pelo locutor de seu interlocutor está calcada no já-dito, isto é, na memória discursiva. De acordo com Orlandi (2009c), as condições de produção envolvem o mecanismo imaginário, ou seja, o mecanismo de produção de imagens do sujeito, do objeto do discurso em uma conjuntura sócio-histórica.

É importante entender as relações existentes entre sujeito e ideologia para se apreender o funcionamento do discurso. Sua constituição em um dado discurso possibilitará “remeter o dizer a outras filiações de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância mostrando seus compromissos políticos e ideológicos” (ORLANDI, 2009c, p.32).

Dias (2010) afirma que para chegarmos à construção de um saber sobre o sujeito e sobre as técnicas que ele utiliza para se relacionar com o mundo e produzir conhecimento, é preciso compreender o funcionamento do espaço da cidade onde, segundo a autora, a tecnologia da informação se manifesta e se significa na atualidade. As condições produção são justamente o aspecto material das diferentes discursividades e o ponto que permite a reflexão sobre elas. A autora considera a materialidade como um processo no qual língua, ideologia e inconsciente se relacionam no discurso. Desse modo, considerando que conhecimento e tecnologia da informação estão ligados pela linguagem, busca compreender o modo como essa relação produz efeitos de sentido na vida do sujeito, na sua constituição e na própria formulação e circulação do conhecimento. “Pois, se, por um lado, conhecimento e tecnologia da informação estão ligados, por outro, sujeito e conhecimento também não se separam.”

Para Dias (2010) existe um triplo indissociável: sujeito, conhecimento e tecnologia, em que mostra como o sentido do conhecimento de si e do mundo é inseparável do sentido da tecnologia da informação, e esta, por sua vez, é inseparável da “narratividade urbana” (Orlandi 2004), espaço material onde os sentidos circulam e se constituem produzindo efeitos na vida social.

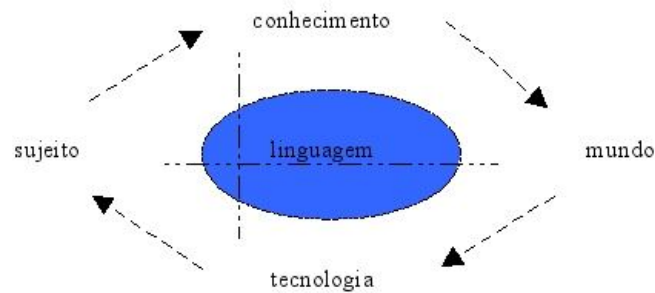


Figura 1 – Triplo indissociável: sujeito, conhecimento e tecnologia.

Fonte: Dias (2010).

Através desse esquema, é possível visualizar, segundo Dias(2010) o modo como o sujeito e o mundo, atravessados pela linguagem, fazem parte tanto do sentido vertical (na relação com o conhecimento e com a tecnologia, sendo que são determinados historicamente pelo conhecimento e pela tecnologia) quanto do sentido horizontal (no modo como o conhecimento e a tecnologia se textualizam, pela linguagem, nas condições de produção da sociedade contemporânea). Para a autora, a linguagem é o eixo central da produção de todo e qualquer conhecimento sobre si, sobre o mundo, através da tecnologia.

Nesse sentido, procuro analisar em meu estudo essas condições de produção, e as evidências do sujeito individualizado pelo Estado, analisadas através do Projeto Pedagógico do curso de Sistemas de Informação.

1.4. FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Segundo Pêcheux (2009), a Formação Discursiva (FD) está intimamente relacionada com a noção de formação ideológica.

A FD está, pelo menos em seu início, intimamente relacionada com a noção de formação ideológica, decorrente da influência dos "Aparelhos Ideológicos do Estado" de Althusser, o que, conseqüentemente, explica o seu estreito laço com o marxismo. Assim, Pêcheux define que Formação Discursiva é aquilo que, em uma formação ideológica dada, a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura, determinada pelo Estado da luta

de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito", sob a forma de uma articulação. (PÊCHEUX 2009).

Ao falar em formação discursiva, Orlandi (2009c) considera que o sentido não existe em si, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. A autora afirma que:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (Orlandi, 2009c, p.43).

Nesse sentido é que Pêcheux pode formular a ideia de que o sujeito é interpelado pela ideologia que o constitui, ou seja, o assujeitamento; mostrando que, ao enunciar, todo sujeito fala a partir de uma FD e, assim, marca uma posição de sujeito. Dessa maneira, esse posicionamento acaba por constituir no sujeito uma identidade enunciativa.

Segundo Orlandi (2009c, p.32):

(...) As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse 'x' (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentido estão ali presentes.

A identidade que o sujeito mantém com a FD não deve ser compreendida de maneira cristalizada. Para Pêcheux, uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente "invadida" por elementos que vêm de outro lugar (de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por como em forma de "pré-construídos"). (PÊCHEUX 1997b).

Orlandi concorda com Pêcheux e afirma que as formações discursivas não são regiões fechadas e estabilizadas. Elas são atravessadas por diferenças, contradições e movimento. Mas, para a autora são também regiões de confronto de sentidos:

(...) são um princípio de organização para o analista e são parte da constituição dos discursos e dos sujeitos. As formações discursivas não são definidas a priori como evidências ou lugares estabilizados mas como regiões de confronto de sentidos. Tem-se necessidade das formações discursivas como sítio de significância (na relação com a diferença), assim como se tem necessidade da noção de unidade, para a língua, apesar dos equívocos que a constituem. As formações estão em contínuo movimento, em constante processo de reconfiguração. Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. (Orlandi, 1994, p.11).

Pêcheux (2009) afirma que toda formação discursiva afeta, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência em relação ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas.

Buscando aprofundar-se um pouco mais em seus desdobramentos, Orlandi (2009c) utiliza o conceito de formação discursiva como regiões do interdiscurso, ou como:

(...) aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (...). O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro (...). as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (ORLANDI, 2009c, p.43)

A posição em relação a uma formação discursiva é um lugar ocupado pelo sujeito para poder ser sujeito do que diz. Em relação a este ponto, Orlandi apresenta o seguinte exemplo:

Nesse sentido é que os sujeitos são intercambiáveis. Quando falo a partir da posição de ‘mãe’, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é a sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso a significa. (ORLANDI 2009c, p.49)

Para Orlandi (2009c), é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente, pois elas são constituídas pela contradição, são intrinsecamente heterogêneas e tem fronteiras fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Pêcheux (2009) afirma que deixar de lado o interdiscurso no funcionamento do dizer seria aceitar a ilusão do sujeito na origem do seu próprio dizer, o que levaria ao apagamento do histórico. Sem uma busca pelas condições de produção, o interdiscurso deixa de ter seu papel na AD, pois faz parte das duas ilusões mencionadas por Pêcheux (1997b): o sujeito como fonte do sentido e a transparência do sentido, que são fundamentais à análise. Sobre os processos discursivos e as formações imaginárias:

(...) esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1997b, p. 82).

Este jogo discursivo de representação apontado por Pêcheux (2009) problematiza que o entendimento da língua como instrumento permite a comunicação e a não comunicação, ou seja, autoriza a segregação sob a aparência da unidade, o que foi citado anteriormente por Pêcheux (1997b).

De acordo com Foucault (2009), em função da relação ativa com a sociedade, toda a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem por função conter seus poderes: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2009, p.9). Perceber isso, segundo Orlandi (2009c, p.9) “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

O sujeito discursivo é entendido não como uma forma de subjetividade, mas como uma posição em relação a uma formação discursiva, um lugar que ocupa para poder ser sujeito do que diz, conforme Orlandi (2009c).

A noção de interdiscurso pode ser compreendida se pensamos que é nele que o sujeito pode concretizar seu discurso, em que marca a exterioridade e o lugar do próprio discurso. O sujeito não somente materializa a ideologia como também tem a ilusão de conduzir os sentidos. No entanto, nessa condução de sentidos acontece a ilusão no sujeito de que ele é a fonte do seu dizer e a origem do sentido. Para Pêcheux(2009), o sentido de uma

palavra ou expressão não existe "em si mesmo" [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Segundo Orlandi:

(...) Toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas: há modos de se interpretar, não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade, há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de atribuir sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre 'administrados', não estão soltos (ORLANDI, 2009c, p.19).

Para Pêcheux (1997a) as formações discursivas são faces linguísticas “de domínios de pensamento (...) sociohistoricamente constituídos na forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito e simultaneamente junto com ele o que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer e esperar”. Assim, o sujeito sempre fala de algum lugar e, como ocupa uma determinada posição na sociedade acompanhada de uma materialidade, seu discurso cria o real e exerce influência na constituição da realidade social.

Interdiscursividade relaciona-se com outro conceito importante para o entendimento da relação entre discurso, ideologia e relações de poder: a ideia de intertextualidade. Diferente da noção de interdiscursividade, a intertextualidade abrange “os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas.

1.5. O SUJEITO

Para Pêcheux (2009, p.198), “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” O autor afirma que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso é realizada pela identificação do sujeito com a formação discursiva a que é dominado.

1.5.1. INTERPELAÇÃO DO INDIVÍDUO EM SUJEITO

Na minha análise procuro analisar as pistas das evidências em que a ideologia atravessa o sujeito, o lugar em que é interpelado. Para Pêcheux (2009), a ideologia fornece evidências designando “o que deve ser”, assim como o que “todo mundo sabe”, e essas evidências fazem com que um enunciado “queira dizer o que realmente diz” e mascara sob a “transparência da linguagem” o caráter material do sentido dos enunciados.

Em primeiro lugar, a linguagem não é transparente, ela tem sua opacidade, suas rupturas e falhas, uma palavra não tem um único sentido, é determinada pelas posições ideológicas que estão no jogo do processo sócio-histórico no qual as palavras estão sendo produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, elas adquirem sentido de acordo com as formações ideológicas em que se inscrevem.

Pêcheux (2009), define formações discursivas como sendo aquilo que em uma formação ideológica dada, determina o que pode e deve ser dito, ou seja, as palavras, enunciados, recebem sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Na materialidade do discurso e do sentido, o indivíduo é interpelado em sujeito-falante (sujeito do seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem às formações ideológicas a que corresponde: “... a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no sujeito do discurso, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p.150).

Orlandi (2010a) apresenta a interpelação do indivíduo em sujeito, sua forma histórica do sujeito capitalista, sustentado pelo jurídico, assim como sua individuação pelo Estado, resultando um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável. Orlandi salienta, ainda, que as formas de individuação do sujeito pelo Estado, através das instituições, geram um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. Conforme a figura abaixo:

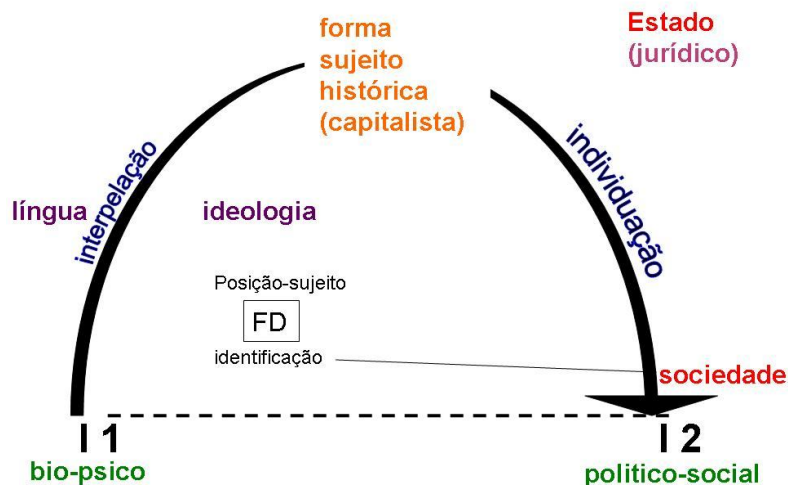


Figura 2 – Processo de individuação.

Fonte: Orlandi (2010e).

O sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, é o indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. A autora ainda afirma que a noção de sujeito individuado é política.

A constituição do sujeito, para Orlandi 2010b, possui dois movimentos inseparáveis, sendo o primeiro a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica; a partir desta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o processo de individuação do sujeito.

A noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. São dois movimentos que não são subsequentes que mostra Orlandi (2010b) num trajeto bio-psico-social, em que o indivíduo, necessariamente se assujeita à língua (simbólico), na história, sendo interpelado em sujeito pela ideologia. Conforme a Figura 2, a autora afirma que o resultado é a forma-sujeito histórica, que não se apresenta igualmente em diferentes momentos históricos, mas que tem sua materialidade própria. Uma vez constituída a forma social, fica pouco visível a constituição pelo simbólico, pela ideologia.

Discursivamente o sentido é sempre relação a, porém aparecem divisões em que, de um lado, o sistema capitalista e de outro, os sujeitos em suas posições-sujeito; tudo está em movimento e se transforma, por isso interessa identificar nos sentidos de dominação e resistência que são constituídos nessa relação, tendo em vista que tanto a estruturação quanto a desestruturação conduzem ao movimento da sociedade na história. (Orlandi, 2009c)

Para Orlandi (2010b), há o apagamento do processo de interpelação, o que dá ao sujeito a ilusão da origem em si mesmo. “O que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída [...] não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona.” (Orlandi, 2001).

1.5.2. PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO SUJEITO

Muitos autores tratam a formação do indivíduo social como influenciada pelo sentimento de pertença que tem em relação ao grupo a que pertence, associado ao significado emocional e de valor atribuídos a esta incumbência, e à existência de características discursivas com as quais o indivíduo se sente identificado.

Para Orlandi (2010e), no processo de interpelação não é possível haver resistência, mas na individuação do sujeito pelo Estado é possível haver uma resistência, rupturas desse processo que resulta um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável. As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. O sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, o qual é afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeito, relativamente às formações sociais.

1.5.3. SUJEITO INDIVIDUADO

O texto do Livro Verde, Brasil (2000), produz sentidos na relação com o político, mostrando as condições de produção que determinam a posição sujeito individuado. Sujeito

esse observado no curso de Sistemas de Informação. Esse sujeito coloca-se em uma posição que nas políticas públicas do Estado é apresentada como o sujeito inserido, integrado.

Em um momento de conversa casual com alunos, surgiram observações interessantes de como o sujeito individuado deve se colocar, inscrito na formação discursiva capitalista-tecnológica, e suas palavras recebem sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Um aluno define o profissional dos Sistemas de Informação no mundo atual como “devendo deter o melhor proveito da tecnologia da informação para o “bem comum” (bem comum evidenciado entre aspas pelo aluno), ou seja, traduzir a tecnologia da informação em proveito do homem nas mais diferentes áreas da ciência, para o crescimento e desenvolvimento da humanidade.” Analiso nesse trecho que nem o próprio autor acredita na observação que faz sobre o bem comum. Ele observa que a tecnologia da informação deve estar em proveito do homem, mas que deve ser traduzida por um profissional de Sistemas de Informação, aquele que está inserido no contexto.

Dias (2010) afirma que o sujeito é integrado pela ação do Estado (nesse caso inserido pela competência tecnológica), efetuada a passagem de um lugar para o outro produz no sujeito o sentimento de inclusão, de pertencimento, ou nesse caso, de tradutor do que não está inserido, o que para a autora é tido como o sentido de passar a “fazer parte” do jogo (jogo econômico). É a integração, do modo em que é concebida nas políticas públicas, que reforça a exclusão simbólica do sujeito.

A complexidade da constituição do sujeito, segundo Orlandi (2010a), é esquecida no mundo capitalista, em que a conjuntura é sociopolítica contemporânea, e o imaginário sobre a mundialização é constituído pelas mistificações e previsões fantasiosas do discurso do mundo globalizado, tornando a compreensão dos seus sentidos difícil. Essa mundialização é mais falada que praticada, mas não deixa de ter seus efeitos, já que o imaginário tem fortes consequências sobre o real. A mundialização atual é uma globalização financeira, a qual reforça as desigualdades, em que certas questões passam a ser consideradas essenciais e, em nome delas, se exerce o poder controlador.

Dias (2011) afirma que a materialidade da linguagem define-se pelo processo de significação a partir do qual um discurso se textualiza numa forma e não em outra. Assim a significação do urbano também se dá a partir da discursividade do eletrônico.

A forma como a sociedade contemporânea se mostra através de diferentes linguagens, é efeito de um processo de significação do mundo que tem um modo de inscrição histórica dos sentidos e dos sujeitos, que tem, portanto, uma materialidade. Materialidade do sujeito e do sentido, conforme Orlandi (2001).

Assim, o sujeito, em sua relação com o espaço urbano é um sujeito individuado pelo discurso das novas tecnologias de informação e comunicação, e identificado com essa formação discursiva. De acordo com Dias (2011), a teoria discursiva do sujeito, desenvolvida por Orlandi (2010e), o processo de individuação do sujeito passa pelas instituições e pelos discursos, com os quais ele se identifica ou contra-identifica, para significar, para assumir uma posição na sociedade. A organização do espaço, para Dias, é um determinante para que o sujeito ‘não fique de fora’ e é um “espaço logicamente estabilizado”, utilizando as palavras de Pêcheux (ibidem, 2008), de modo que o efeito de transparência e lógica esteja funcionando.

PARTE II - A SOCINFO

2.1. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, A LINGUAGEM, O ESTADO

Em um primeiro momento, enquanto pensava sobre a delimitação do tema da minha pesquisa, em que analiso o processo de individuação do sujeito, os mecanismos de institucionalização utilizados pelo Estado na universidade e o sujeito do discurso da Sociedade da Informação, me identifiquei muito com essa questão de poder do Estado, assim como a visão de poder disciplinador e seus efeitos, primeiro na concepção de Foucault e assim, percebi o desenvolver teórico que passa por Althusser, Pêcheux e Orlandi.

Para Foucault (2009) os discursos que permeiam na sociedade são controlados, decorridos por formas de poder e de repressão, como explica no trecho: "... suponho que em toda sociedade a produção do discurso é, ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes, dominar seu conhecimento aleatório [...]" (p.8-9), ele afirma que todo discurso é controlado pela interdição, um recurso que limita a enunciação do discurso, ou seja, nem tudo pode ser dito e nem tudo que pode ser dito pode ser dito por qualquer pessoa, em qualquer lugar ou circunstância.

Foucault (2009) observa ainda a questão da exclusão e da rejeição e, para explicá-las, define a oposição entre razão e loucura, com o discurso do louco, cujo discurso a sociedade não compreende, pois não atende às exigências sociais. A segregação da loucura promove uma discussão sobre o fato de que os discursos sofrem influências de regras sociais, institucionais e detentoras de saber que, por sua vez, garantem aos discursos, o poder de serem aceitos como verdadeiros. Nesse momento, Foucault afirma que

o discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma libera do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (FOUCAULT, 2009, p. 20)

E, assim, procura mostrar que todos aqueles que buscam contornar essa verdade, recolocá-la contra a verdade, são automaticamente excluídos, não fazem parte do contexto que são considerados verdadeiros, ou seja, devem ser interditados, definidos como loucos.

A questão da política da inclusão digital, por si só, já reafirma essa questão da verdade. O que não está incluído está fora, excluído à verdade e, nesse caminho, procuro analisar as condições de produção do discurso da Sociedade da Informação. Verifico, ao longo dos textos, o processo das políticas públicas, que propõe a inclusão, seja social ou digital, e o reforço do sentido de segregação nesses discursos.

O Estado, para Foucault, foi gradativamente governamentalizado, conceito que para o autor significa

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT 2008b, p. 143)

E, conduzido à superioridade de um “tipo de poder que podemos chamar de governo”, se impõe “sobre todos os outros, como a soberania, a disciplina (...)”. (FOUCAULT 2008b, p. 144). Um dos trechos do autor que me chamou a atenção foi que “[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (Foucault, 2008b, p. 291-292)”, em que ele conceitua a questão desse poder sobre o indivíduo, observa que dentro da complexidade dos procedimentos, surgem as condições de produção para que o Estado institua sua disciplina.

Foucault indica disciplinas (e não a Razão que funda o conhecimento da Ciência) como um princípio de limitação do discurso, a disciplina possibilita um processo de criação, mas dentro de um jogo restrito. Na disciplina não se busca um ponto de partida, como no comentário, mas uma capacidade de formulação de novas proposições indefinidamente. E assim, as disciplinas não esgotam os conteúdos dos objetos de estudo: “medicina não é constituída de tudo o que se pode dizer de verdade sobre a doença; a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas”.(FOUCAULT 2009, p. 31).

Além disso, as proposições de uma disciplina passam a ter exigência de uma terminologia bem definida e, devem incorrer-se dentro de determinados limites teóricos para não se transformarem em monstruosidades, como diz o próprio Foucault, numa “teratologia

do saber”. As proposições que emergem de uma disciplina devem sempre estar inscritas nos limites, mesmo que às vezes sejam muito estreitos, de uma verdade. Essa verdade está inscrita na “verdade” do discurso de sua época. Portanto, a verdade aparece com um certo grau de fluidez, e se desloca na linha do tempo, por vezes, se torna hegemônica em determinadas épocas e se apagam em outras. “Mendel dizia a verdade, mas não estava ‘no verdadeiro’ do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse ‘no verdadeiro’ e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas”.(FOUCAULT, 2009, p.35).

Foucault vê sempre o jogo das possibilidades do erro “disciplinado” tornar-se verdade. Isso leva à constatação de que a verdade está sempre delimitada por uma fiscalização discursiva, em que a disciplina aparece como um princípio do exercício do controle. Assim, os comentários, a autoria e as disciplinas trazem consigo um jogo de aparências, cujo pano de fundo é o do exercício da repressão.

As disciplinas agregam-se aos anteriores saberes, também, como um princípio de limitação e de controle da produção de discursos. Porém, diferenciam-se deles ao fixar os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de reatualização permanente das regras, ao se constituir numa espécie de sistema anônimo (objeto, métodos, corpus de proposições, jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos) à disposição de quem quer ou pode servir-se dele. E, esse jogo que Foucault vê sempre nas possibilidades do erro “disciplinado” tornar-se verdade leva à constatação de que a verdade é monitorada por uma polícia discursiva, em que a disciplina sempre é um princípio do exercício do controle.

Assim, o jogo de aparências que as disciplinas trazem, cujo pano de fundo é o do exercício da coerção, controlam o discurso e aparecem na produção dos discursos, por meio da imposição de limites e de regras. Isso fica mais claro quando Foucault esclarece que para que um discurso componha uma disciplina, ele precisa estar no plano da verdade, precisa ter validade.

Dentro do meu trabalho, analiso essa verdade mostrada por Foucault, atravessada pela ideologia e história, na língua, do discurso da Sociedade da Informação. Autores, como Ascensão (2011), definem a evolução social atual como meteórica e a multiplicação de dados tão intensa que a assimilação individual se torna impossível. A compreensão, segundo o autor, é substituída por grandes representações coletivas, a que chama de simbólicas e, define a

criação de grandes slogans, como categorias não assimiladas que passam a ocupar o lugar da realidade, como uma meta-realidade, o que na AD chamamos de imaginário e, acrescenta ainda, uma observação sobre a intervenção de dois slogans poderosíssimos da atualidade, que para o autor representam a integração de conceitos: a globalização e a sociedade da informação. Os processos ideológicos acontecem por meio do sujeito do discurso da Sociedade da Informação, inundando o imaginário sobre a mundialização, o que torna mais difícil compreender os seus sentidos.

Retomando brevemente na história, Marx (1975) apresenta a ideologia como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e normas que indicam como cada indivíduo deve se comportar, com o intuito de apagar as diferenças sociais e promover a ilusão de identidade. Para ele, a ideologia deveria ser entendida como alienação dos homens reais em condições reais e, entendia a ideologia vinculada às condições materiais de produção, sendo as ideias produzidas a partir das relações humanas. Sua leitura do termo foi num processo inverso aos pensadores anteriores a ele: não eram as ideias que produziam a vida em sociedade, mas a vida determinaria a produção das ideias. Assim, Marx vinculava a ideologia às relações sociais, procurando na história as causas da alienação.

Nesse sentido, fui percebendo a mudança do conceito de ideologia posterior a Marx e a Foucault, sendo que este não trabalha com a questão da ideologia, observada na literatura da AD, e pude refletir a forma como a linguagem se materializa na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua e entender, conforme Orlandi (2009c), o significado de que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. Para Orlandi (2009c), não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Assim, a língua faz sentido, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e o sujeito discursivo é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia. Isso me fez perceber que a questão das disciplinas conceituadas por Foucault estão presentes na materialidade da ideologia e a sua relação com o discurso. A ideologia é como uma onda, um tsunami que invade o real do discurso.

A materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua e, para Orlandi (2005), não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. Assim, a língua faz sentido. O sujeito é interpelado pela Ideologia (PÊCHEUX, 1997, p.154), pois (...) a coletividade, como entidade pré-existente, (...) impõe sua marca ideológica a cada sujeito sob a forma de uma "socialização" do indivíduo nas "relações sociais" concebidas como relações intersubjetivas. (id. IBID, p. 155).

Althusser (1980) afirma que os Aparelhos Ideológicos do Estado⁴ utilizam predominantemente a ideologia para manter sua dominação, e dos quais fazem parte, dentre outros, o sistema religioso, o sistema escolar (tanto público quanto privado), o sistema familiar, o sistema jurídico, o sistema político, o sistema sindical, o sistema de informação e o sistema cultural.

A ideologia da classe dominante (ou grupos dominantes) não se torna dominante pela graça do céu ... (PÊCHEUX, 1997, p.144) e, para Pêcheux (1997) é pela instalação dos AIE, propostos por Althusser, que essa ideologia é realizada e se realiza, que a torna dominante, pois os AIE constituem o lugar e as condições da transformação das relações de produção.

O conceito de ideologia para Althusser (1980, p.77) é definido como “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, e na medida em que ela interpela os indivíduos e os constitui em sujeitos que aceitam seu papel dentro do sistema das relações de produção. Segundo o autor, é “a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia”.

Para Althusser (1980, p.77) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”. A ideia de um sujeito consciente, capaz de formar e reconhecer livremente as suas ideias, deixa de ser possível já que a ideologia se materializa em ações, envolvendo a participação individual em determinadas práticas e rituais no interior de Aparelhos Ideológicos concretos. A ideologia passa a ser vista como formadora, moldando ações do sujeito a ela interpelado. Althusser afirma que “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”. Ou seja, a ideologia só existe e é possível através do sujeito e no sujeito.

Orlandi (2004) afirma que a ideologia representa a saturação e o efeito de completude, a qual se sustenta sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, os quais são admitidos por todos como ‘naturais’. A ideologia produz efeito da evidência, de unidade e, essa evidência, faz parte das condições de produção imediatas e da circunstância de enunciação dos discursos e, em especial, no sujeito do discurso da Sociedade da Informação.

Payer (2005) afirma que o sujeito encontra-se exposto a uma infinidade de informações, de conhecimentos variados e excessivos, além de estar amplamente sob o

²Aparelhos Ideológicos do Estado doravante chamados como AIE

domínio de muitas linguagens no virtual, suas tecnologias, domínio de línguas, linguagens técnicas, em suas formas de linguagem no espaço público e em grande diversidade de situações discursivas e controles da memória nessas situações.

Conforme Payer (2005) é célere a necessidade da capacidade de desempenho de linguagem, imprimindo a imagem de domínio dos elementos tecnológicos para impressionar os interlocutores e de convencê-los através da produção da evidência de sentidos. E nesse processo de convencimento que os indivíduos procuram cada vez mais seguir, a fim de “passar a sua mensagem”, acontece o processo de um modo de enunciação que se pretende “certo e firme”, sem indecisões, tropeços, sem reticências ou rupturas o qual busca produzir efeitos de certeza, porém na linguagem sempre há deslizamentos, falhas, rupturas, conforme a autora.

Nesse sentido busco perceber a posição do sujeito no discurso da Sociedade da Informação, em que a evidência de sentidos de que a tecnologia da informação é imprescindível, que somente quem está incluído terá espaço e quem não está simplesmente está fora, aparece ao longo da análise.

A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada, nos últimos anos do século passado, como substituto para o conceito complexo de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. As transformações técnicas, organizacionais e administrativas têm como “fator-chave” não mais os insumos de energia, como na sociedade industrial, mas os insumos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos. Esta sociedade pós-industrial ou “informacional”, para Castells (2000), está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século passado. As novas tecnologias da informação e a ênfase na flexibilidade têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial. A sociedade da informação, conceito herdado dos países industrializados, constitui uma tendência dominante mesmo para economias menos industrializadas e define um paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade.

Nesse momento, analiso que aparece a reafirmação do conceito de imprescindível, os termos “tendência dominante”, ou mesmo “essência da presente transformação”, aparecem de forma reticente como uma verdade, aquela citada por Foucault, no processo disciplinar

inundado pela ideologia dentro de um contexto de dominação em que a linguagem faz parte do processo de saturação e efeito de completude nas evidências do discurso.

Para Castells (2000), esse paradigma tem as características fundamentais:

- A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos.
- Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia.
- Predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo.
- Flexibilidade: a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração.
- Crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia.

No comentário de Castells:

É provável que o fato da constituição desse paradigma ter ocorrido nos EUA e, em certa medida, na Califórnia e nos anos 70, tenha tido grandes consequências para as formas e a evolução das novas tecnologias da informação. Por exemplo, apesar do papel decisivo do financiamento militar e dos mercados nos primeiros estágios da indústria eletrônica, da década de 40 à de 60, o grande progresso tecnológico que se deu no início dos anos 70 pode, de certa forma, ser relacionado à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos campi norte-americanos da década de 60.

Meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 60. (Castells, 2000, p.25)

O avanço tecnológico como um novo paradigma aconteceu por resultado da ação do Estado e, para Werthein (2000), é o Estado que está à frente de iniciativas que visam ao

desenvolvimento da “sociedade da informação” nas nações industrializadas e em muitas daquelas que ainda estão longe de ter esgotado as potencialidades do paradigma industrial.

O ponto central, para o autor, é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensam todos os processos. Para mim, o que chama a atenção é o que para Orlandi é “no discurso não tratamos com dados, mas com fatos de linguagem, de muitas e diversas naturezas. O fato tem materialidade e é pensado em seu processo de constituição. Não é mero produto. Portanto, no enunciado que é o subtítulo desta parte, o que afirmamos é que há fatos de linguagem que se transformam em informações. Ora, o modo como se dão na linguagem, dominadas pelo que chamamos efeito metafórico, as transformações, são o que chamamos “deriva”. E a deriva, que é transferência, efeito metafórico, nos restitui ao processo em que a rede de memória, as filiações – e as falhas, o equívoco – fazem efeito. E o efeito aqui é o de termos como resultado “informações”. No discurso temos menos informações do que efeitos de sentidos.” (ORLANDI 2010c, p.10) Esses fatos de linguagem aparecem, ao longo das citações de Castells (2000) através dos termos cultura da liberdade, domínio, alta penetrabilidade, inovação empreendedora, os quais acompanham as condições de produção dessa formação discursiva. Um exemplo é o termo liberdade já foi usado na Revolução Francesa e na Inconfidência Mineira, ambos utilizados em momentos históricos e políticos para reafirmar o que aquela formação discursiva trabalhava nos efeitos de sentidos e do processo de individuação do sujeito.

A questão da constituição dos sentidos, segundo Orlandi (2009a), no advento das novas tecnologias de linguagem, aparece nas questões que incidem sobre a formulação e a circulação dos sentidos, pois é na formulação e na circulação que a noção de “meio”, enquanto materialidade do lócus em que acontece e se estrutura o significante (verbal, não verbal, digital, muro, camiseta, pele etc.) aparece no espaço da reflexão atual em diferentes disciplinas que tratam da linguagem, como no caso da informação. A noção de informação, para a autora, ganha novas determinações no modo como as tecnologias de linguagem e a mídia são consideradas, observados os deslocamentos produzidos nas relações dos sujeitos com a linguagem, em que a informação se coloca no lugar de outros efeitos de linguagem, que se deslocam, quando se observa a noção de texto. “Saber como se elabora um texto para que ele circule como circula no discurso eletrônico, saber como se dá à escrita, é saber elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem. Novas formas de textualidade.

Novas formas de escrita/escritura/grafismo inauguram outras relações da escrita com o oral.” (ORLANDI, 2009a, p.65).

No discurso, têm-se muito mais efeitos de sentido do que informações, segundo PÊCHEUX (1975 apud ORLANDI 2010c, p.11) “informações que [...] têm o formato de textos, de imagens, de sons, de vídeo. As chamadas “multimídias”. Diferentes materialidades significantes com seus diferentes modos de significar”. O texto, composto da forma material dos enunciados, mexe com a natureza da informação e, para a autora, produz efeito sob o modo como ela funciona. Orlandi (2010c) acrescenta que a natureza do significante intervém na produção do objeto e, este objeto, constitui o modo de significação deste gesto simbólico, assim a textualidade em sua forma material, sua relação com a memória e com as condições de produção diferem quanto à materialidade significativa. O simbólico produz efeitos de sentidos diferentes dependendo de sua forma e sua materialidade.

Para Orlandi (2007a) a determinação histórica na constituição dos sujeitos e dos sentidos tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais; afirma que o modo de interpelação do sujeito capitalista pela ideologia é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval, segundo Orlandi (2009c), pois no sujeito medieval a interpelação se dava de fora para dentro e era religiosa, já a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação e não há separação entre exterioridade e interioridade.

O sujeito para Orlandi (2007a) pode pensar que há uma evidência sobre a qual ele constrói na ilusão de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo) como se houvesse uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo. Afirma ainda que o sujeito moderno, capitalista, é ao mesmo tempo livre e submisso, pois é determinado pela exterioridade e determinante do que diz, ou seja, é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito de direitos e deveres) e de sua coerência (não contradição) que garantem sua impressão de unidade e controle de sua vontade.

O foco atual sobre a tecnologia da informação, essa materialidade simbólica sobre uma visão de determinismo tecnológico, segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia da informação e, que para muitos autores da área tecnológica seguem uma lógica técnica, a qual parece ser neutra e fora da interferência de fatores sociais e políticos, é justamente a representação das condições de produção que constituem esse gesto simbólico, papel da ideologia com sua sensação de transparência, em

que trabalham os processos de individuação do Estado e as condições de produção afetam o discurso e a produção de sentidos.

Em pesquisa mais aprofundada sobre o início da sociedade da informação, percebi que o BM está envolvido nos primeiros conceitos que instituem o sujeito do discurso da Sociedade da Informação mundial. O mercado, para o BM é o único centro de poder e seu funcionamento é tido como confiável, a não ser nos países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 36), em que é requerida intervenção estatal específica, estabelecida como condição. Nesse ponto do discurso capitalista apresentado pelo BM, além do discurso do poder, ainda aparece a segregação dos não incluídos economicamente.

A “construção de sociedades do conhecimento” (BM, 2002), no discurso da globalização, centraliza no mercado o seu foco e obscurecendo o sujeito. Aparecem então o “governo dirigido para/pelos resultados” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 105), “necessidades estabelecidas pelo mercado” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 36), “crescimento econômico determinado pelo conhecimento” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 4), e “educação orientada por competências” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 28). As ações são atribuídas “a uma conexão muito mais complexa de forças” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 84), podendo assumir a forma de “incentivos [...] estrategicamente projetados para pressionar as instituições [de educação terciária] à competição” (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 91). É direcionada ao “sistema” a emergência das “forças do mercado” e tratando a educação superior como “terciária”, as universidades como agência de fornecimento de mão de obra e que “aparecem” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. xix) e integram “parcerias colaborativas, redes e nichos de excelência”, na suposição de que esta seja uma relação entre iguais.

Surge, então, o discurso da lógica da educação como mercadoria (commodity), em que a educação terciária é definida como “capaz de encorajar independência e a iniciativa, que são commodities valorizadas na sociedade do conhecimento” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 37).

Conforme Mari (2009) a universidade passa a ter o papel de proporcionar o respeito às pluralidades, isto é, criar consenso sobre os novos interesses econômicos na educação, adaptar a universidade às novas exigências tecnológicas e promover o alívio da pobreza. A função da universidade é definida como produtora, adaptadora e divulgadora dos conhecimentos. É, sem dúvida, uma mudança no caráter do conhecimento e no perfil profissional dos recursos humanos que se espera da formação universitária.

Nos documentos do BM de 2000 e 2003, o caráter econômico aparece com mais evidência em que aparecem regularmente os termos “economia do conhecimento” e a educação é definida como abertamente subordinada à “nova economia” dinamizada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). De outro modo, porém, o discurso sobre a pobreza e a equidade social traçam o caráter humanitário das orientações.

O BM (2000), no documento: Educación Superior em los países en desarrollo: peligro y promesas, anuncia o processo de mudança no conhecimento que passa da dimensão física para o domínio das ideias. É sob esse aspecto que se estabelece a importância das tecnologias, biotecnologias e outras inovações que concentram grande capacidade de informação e exigem-na como modo de produção de novos conhecimentos. E o foco dessa produção é a universidade em parceria com a empresa.

A Educação Superior é deslocada do campo de produção de valores para o campo da produção de conhecimento rentável em que a função unilateral reservada à educação como caminho único reduz o caráter da mesma, subentendida na mensagem do BM: “Ou a educação superior se adapta, ou perde a história.” (2004).

Diante da crise econômica da década de 90, é estratégico transferir a responsabilidade do desenvolvimento para a educação, por produzir o efeito político necessário nas classes subalternas, preocupadas com a reprodução da existência.

O enfoque da reforma do Ensino Superior articula as noções de crise, qualificação, profissionalização, sociedade do conhecimento e apresenta a mudança como imperativo.

O quadro da crise indicado pelo BM é generalizante e problemático quanto à sua capacidade de precisar as questões da ineficiência, porém é claro em apontar os rumos da universidade, a modernização tecnológica ou a adaptação à sociedade do conhecimento. Para o BM: ajudariam a piorar a crise da universidade a situação do corpo docente despreparado, a endogamia dos processos seletivos que prejudicam um ensino mais aprofundado, e a remuneração baixa, que impediria a ascensão de professores mais aperfeiçoados. As disputas políticas internas que promoveriam atrasos e divisões atrapalhando a produção de conhecimentos mais especializados. (BANCO MUNDIAL, 2000).

O BM (2002) procurou, ao longo de seus estudos estatísticos, mostrar que as maiores densidades de acesso a internet e de uso das tecnologias digitais, coincidem com os principais centros mundiais, reforçando o discurso de que a pesquisa científica, as atividades

econômicas e as movimentações financeiras, assim como a presença da Tecnologia da informação, fazem parte do grupo de incluídos.

Outros autores como Eisenberg e Cepik (2002) também defendem que a assimilação das novas tecnologias coexiste com subdesenvolvimento econômico e acentuada desigualdade social. Para esses países, outras formas de desigualdade já existentes seriam aprofundadas por essa nova forma de exclusão.

A produção de conhecimento do corpo docente no modelo atual estaria favorecendo programas educativos e metodologias de ensino ultrapassados, implicando diretamente na deformação da criatividade e flexibilidade dos profissionais. Enquanto os estudantes forem incentivados a procurar cursos de humanidades e artes, segundo o BM (2000), haverá prejuízo à formação dos profissionais, pois se formam homens ilustrados, porém despreparados para o mundo do trabalho. Aqui já é possível pensar em como o mundo capitalista percebe a universidade, como o saber é posicionado e o conhecimento é construído.

Esse discurso reafirma as condições de produção do discurso capitalista, direcionando a universidade para a capacitação da massa ao sistema econômico. Em que o pressuposto das mudanças econômicas forma a ideia de revolução do conhecimento, aquela que traz o elemento da diversificação dos conhecimentos, promovendo a diferenciação temporal e espacial na área de bens e serviços. (CASTELLS, 1999). E com essa revolução, as mudanças ocorreriam de modo muito mais rápido, contribuindo para o desenvolvimento da economia dos países. 13

Segundo os objetivos do BM (2003): acionar a expectativa de que o país avança economicamente se profissionalizar-se, e a adaptar a Educação Superior como condição inexorável do avanço.

De fato a educação superior é fundamental não somente para criar capacidade intelectual, da qual depende a produção e a utilização dos conhecimentos, se não também para promover as práticas de aprendizagens contínuas e necessárias para atualizar em forma permanente os conhecimentos e as destrezas individuais. (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 17).

Entre as mudanças de maior influência que se analisam neste ponto do documento percebe-se que a capacitação é considerada de suma importância, sob a qual “depende a produção e a utilização dos conhecimentos” para o crescimento econômico.

O BM (2003), ao mesmo tempo em que insiste na urgência de os países periféricos aumentarem a capacidade de uso do conhecimento, define a abordagem de dimensão técnica e na perspectiva da informação e conhecimento que favoreçam a análise e a tomada de decisão. E busca comprovar estatisticamente que o fator conhecimento é um diferencial de crescimento.

Segundo Mari (2009), elevar o quadro de produção econômica do país também contribuiria com a diminuição da pobreza. E assim, para o BM, a Educação Superior cumpriria três papéis na sociedade do conhecimento: a qualificação da força de trabalho adaptável e de alto nível; a geração de novos conhecimentos; a capacidade de absorver conhecimentos globais e adaptá-los ao local. Esses papéis são vistos pelo BM (2003) como possíveis de serem alcançados através de uma estrutura adequada de Ensino Superior capaz de inovar.

O Inovar, quando se trata de reestruturar adequadamente o Ensino Superior tem o cunho puramente econômico, em que a formação do conhecimento, dentro da universidade, passa a limitar-se ao processo de qualificação da força de trabalho e gerar conhecimentos capazes de fomentar o mercado, transformar a universidade em centro de treinamento empresarial, fundamentos esses do discurso capitalista.

Silva Júnior e Sguissardi (2001, p. I, posfácio apud Mari 2009) assinalam que a universidade, “transfigurada, [...] tem agora mais cara de empresa, como tantas outras que precisam assegurar sua sobrevivência e se, possível, seu crescimento no competitivo mundo do mercado”.

Com essa visão dos documentos do BM, percebe-se que a universidade é colocada no lugar de solucionador do problema econômico e social e de desenvolvimento do mercado. Para o BM, a educação cumpre a função de absorver as demandas do desenvolvimento, do crescimento econômico e da questão da pobreza. A criação de paradigmas como a proposta da Sociedade da Informação, está carregada de sentidos constituídos pela ideologia e as condições de produção aparecem até mesmo nos autores tecnicistas.

Como o autor Guevara (2000 apud Werthein 2000) observa, a experiência das sociedades de informação permite revelar o capitalismo e a difusão das novas tecnologias da informação lideradas e mediadas pelo Estado aparecendo como forças sociais. Afirma, ainda, que a sociedade da informação já estabelece a distinção entre países e grupos sociais “ricos” e

”pobres” em informação e percebe que as desigualdades de renda e desenvolvimento industrial entre os povos e grupos da sociedade reproduzem-se nesse contexto.

Enquanto, no mundo industrializado, a informatização de processos sociais ainda tem de incorporar alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na grande maioria dos países em desenvolvimento, entre eles os latino-americanos, vastos setores da população, compreendendo os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares no campo e na cidade, além daquelas populações marginalizadas como desempregados crônicos e os “sem-teto” engrossam a fatia dos que estão ainda longe de integrar-se no novo paradigma (Guevara, 2000 apud Werthein, 2000). Werthein observa que este fato fundamental constitui um desafio da constituição das sociedades da informação e que não será resolvido pelo avanço tecnológico em si, nem por uma hipotética evolução natural.

As observações desse questionamento dos autores são os sentidos em sua forma e materialidade constituídos, mas evidenciando que a língua não é transparente, nem evidente e que tem rupturas.

O discurso sobre a educação passa a incorporar processos de cálculo econômico para o sucesso no mercado, assim como agrega o vocabulário comercial (mercado educacional, fornecedores e consumidores de serviços educacionais, loja, entrega (delivery) etc.), investido no status acadêmico: “na economia do conhecimento emergente, é cada vez mais importante permitir que um país não apenas gere conhecimento novo, mas também se engaje no comércio intelectual e científico com os outros” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 42).

No capítulo “Mercado, Trabalho e Oportunidades” do Livro Verde, Brasil (2000), analiso a questão das tecnologias de informação nos processos produtivo. Aparece nesse discurso a vital importância da inovação e da Tecnologia da informação para empresas e países:

A difusão acelerada das novas tecnologias de informação e comunicação vem promovendo profundas transformações na economia mundial e está na origem de um novo padrão de competição globalizado, em que a capacidade de gerar inovações em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos é de vital importância para empresas e países. A utilização intensiva dessas tecnologias introduz maior racionalidade e flexibilidade nos processos produtivos, tornando-os mais eficientes quanto ao uso de capital, trabalho e recursos naturais (BRASIL, 2000, p.).

Surgem as primeiras pistas quanto à formação da sociedade brasileira submetida à dinâmica concorrencial, conforme as premissas do BM anos antes, aparece o homo economicus que conforme Foucault (2008) segue as regras de controle da sociedade empresarial, a qual regula a liberdade do sujeito, quando exige em seu jogo econômico que o sujeito se “habilite” para a “sociedade empresarial”.

A citação da exigência aos trabalhadores de contínua atualização e desenvolvimento de habilidades e competências aqui citada, para Dias (2010), “prende” ao jogo econômico o sujeito que vai entrar no mercado de trabalho, sujeito da minha análise. Ainda nesse texto é dito que “a capacidade de gerar, tratar e transmitir informação é a primeira etapa de uma cadeia de produção que se completa com sua aplicação no processo de agregação de valor a produtos e serviços. Nesse contexto, impõe-se (grifo meu) para empresas e trabalhadores, o desafio de adquirir a competência necessária para transformar informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, o conhecimento”.

Aparece no texto, ainda, que a primeira etapa da cadeia produtiva depende de como ela lida com a informação e isso vai definir o valor do seu produto ou serviço, completado com a palavra impõe-se às empresas e trabalhadores essa necessidade de adquirir competências, pode-se pensar sobre o que Foucault (2008) cita sobre o homem ser uma empresa de si mesmo e, conforme Dias (2010), é um movimento que reforça a exclusão do sujeito e define quem faz parte do jogo (quem está incluído ao jogo econômico). Essas competências são vinculadas, ainda pelo Livro Verde, Brasil (2000), às condições necessárias a obtenção do conhecimento, como se não fosse possível sem que se adquirissem essas determinadas competências.

O Livro Verde, Brasil (2000), apresenta a Sociedade da Informação como tendo o objetivo de indicar rumos para diversos setores da sociedade, focando em iniciativas que contribuam para o impacto positivo de tecnologias da informação e comunicação na sociedade brasileira e também busca encurtar, com ela, atrasos em relação aos países que chama de centrais e, fala ainda da inovação como caminho para alcançar esses objetivos.

A economia moderna adotou, segundo Demo (1997), com muita veemência, os princípios de inovação mercadológica e a intensidade da busca pelo conhecimento, tornando-os o capital do mercado. O conhecimento assemelha-se à moeda no capitalismo sendo mercadoria sem conteúdo, o que facilita o prevalecimento do valor da troca sobre o do uso. O autor cita Marx que define os produtos capitalistas como definidos pela estratégia de

exploração do trabalhador e consumidor, muito além do que é necessário à satisfação das necessidades materiais da sociedade. Porém, esse conceito de inovação passa por cima de tudo, como uma erva daninha, e não deixa mais nada crescer, como é visto no Livro Verde, Brasil (2000), que usa o conhecimento como capital, que só direciona seu conteúdo para investir na criação de competências (grifo meu) que atendam à satisfação das necessidades materiais de conhecimento do mercado.

No capítulo “Educação na Sociedade da Informação”, o Livro Verde, Brasil (2000), começa a aparecer o contexto de como a educação superior é esperada na Sociedade da Informação, em que treinar as pessoas, através de competência na atuação da produção de bens e serviços com as tecnologias de informação e comunicação, é necessário para formar indivíduos capazes de lidar positivamente com a evolução tecnológica:

(...) educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para ‘aprender a aprender’, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (BRASIL, 2000, p.),

Essa afirmação do Livro Verde, Brasil (2000), mostra como o Estado condiciona a questão da educação tecnológica, retomando o capital-competência citado por Dias (2010), em que o sujeito é valorizado pelo Estado por sua competência, ele deve “aprender a aprender” e lidar “positivamente” com a tecnologia da informação. Aquele que consegue “positivamente” lidar com a tecnologia da informação é o sujeito “ideal de eu social”, que a autora cita, reconhecido e valorizado pelo Estado. Esse texto mostra algumas das ferramentas que o Estado utiliza e constitui as condições de produção que aparecem na construção do PPC de Sistemas de Informação.

Passo a refletir, a partir desse texto do Livro Verde, Brasil (2000), sobre as condições de produção que aparecem na materialidade significativa na textualidade e a produção dos efeitos de sentido sobre o simbólico.

O Estado estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nas Leis e Diretrizes Básicas, Lei 9.394, de dezembro 1996, a finalidade da educação superior, em que institui a universidade como um lugar de cultivo do saber, pensamento reflexivo e espírito científico.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

[...]

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (LDB 9.394, 1996)

O paradoxo de um lugar de cultivo do saber, pensamento reflexivo e espírito científico aparece nos documentos do próprio Estado, em que a constituição de projetos pedagógicos dos cursos de graduação são cheios de sentido produzido pela linguagem empresarial, mercadológica e econômica em que a universidade deve capacitar e preparar o acadêmico para o mercado.

PAYER (2005) afirma que a complexidade dos processos educacionais, assim como a relação dos saberes dos sujeitos, e o lugar na memória pessoal, social da proliferação das linguagens na mídia, apresentam a questão principal das formas de linguagem e de sujeito que vêm sendo requisitadas nas atuais condições de produção, que se apresentam fundamentalmente nas formas da globalização econômica. A mídia, como social da proliferação das linguagens, passa a integrar essa concepção do sujeito e o sujeito encontra-se exposto à demanda de conhecimento e a diversidade de situações discursivas e controles da memória nessas situações, que estão direcionadas em cada parte do texto do Livro Verde, Brasil (2000). E a necessidade da capacidade de desempenho de linguagem surge, não de qualquer lugar, mas direcionada, controlada e institucionalizada pelo Estado, em que o domínio dos elementos tecnológicos passam a caracterizar a produção da evidência de sentidos.

O Estado, através de suas políticas de inclusão digital, existentes em documentos como o Livro Verde, Brasil (2000), propõe estratégias de implantação de programas de inovação e a constituição da Sociedade da Informação, da qual cursos tecnológicos estão constituídos e, por sua vez, fazem parte das evidências no assujeitamento institucionalizado do sujeito. É o poder que Foucault (2008) afirma sobressair sobre todos os outros, o acontecimento da disciplina.

Para Dias (2004), a base político-econômico-social da nossa sociedade reestrutura seu modo de atuação, afetada pelo sujeito do discurso da Sociedade da Informação que atravessa o cotidiano dos indivíduos. Com isso, surgem novas formas de vida e um novo espaço de organização dos sentidos.

PARTE III - A ANÁLISE

3.1. O ACADÊMICO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ESSE TAL SUJEITO DO PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO DO ESTADO...

Segundo Filho (2011), a produção e organização do espaço atravessado por um conjunto de políticas sustentam-se na noção de racionalidade. A instituição dessas políticas se ampara no jogo entre o saber científico e o saber jurídico-administrativo, através do que vem sendo chamado de políticas públicas urbanas por Orlandi (2010f).

O funcionamento dessas políticas dá visibilidade à agitação entre ordem e organização, em que Orlandi (2007a) pensa a ordem no real e a organização no trabalho administrativo, em ordenamento dos sentidos. Essa ordem dos sentidos é um jogo disciplinador, quando se trata de políticas públicas do Estado, em que instituições participam desse cenário do processo de individuação do Estado, como o Ministério de Educação e Cultura (MEC) que aparece na materialidade (do recorte observado nesse trabalho) com seus documentos de constituição dos cursos tecnológicos do Conselho Nacional de Educação (CNE), os quais constituem sentidos.

Foucault (2008b) chama de tecnologia do poder esse jogo disciplinador do Estado, com suas políticas públicas atuando na constituição de sentidos, que visa não somente o aumento das habilidades, nem aprofundar a sujeição, mas a formação de uma relação com o mecanismo que torna tanto mais obediente quanto mais útil o sujeito assujeitado a esses mecanismos disciplinadores. “Nada pode existir como um elemento do conhecimento se, por um lado, não se conforma a uma série de regras e características constrangedoras (...) e, por outro, se não possui os efeitos da coerção”. (FOUCAULT, 2002, p. 201).

O MEC, através das Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação regulamenta os cursos da área de computação, assim como define as diretrizes de definição e estruturação do curso de Sistemas de Informação:

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, (...) peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União (...), resolve aprovar as Diretrizes Curriculares dos cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia de Computação, Engenharia de Software e

Sistemas de Informação e dos cursos de Licenciatura em Computação. (Brasil, (CNE/MEC, BRASIL, 2003, p.1)

Essas definições, apresentadas pelo MEC, são ferramentas do Estado, constituídas pelas políticas públicas, como por exemplo, baseando-se no Livro Verde, Brasil (2000), para a instituição do seu discurso. Em citação sobre as diretrizes de definição de projetos pedagógicos para bacharelados da área de computação, o MEC define que:

A construção do projeto pedagógico deve ser feita coletivamente, com a participação de docentes das diversas áreas envolvidas. Cada instituição de ensino superior deve exercitar seu potencial criativo e inovador na elaboração do seu projeto pedagógico, a partir da definição do perfil dos egressos, com as competências, habilidades e atitudes requeridas. Os conteúdos curriculares podem ser ministrados em diversas formas de organização, conforme proposta pedagógica, ressaltando a metodologia de ensino-aprendizagem com ênfase em abordagens que promovam a participação, a colaboração e o envolvimento dos discentes na construção gradual da sua autonomia nos processos de aprendizagem.” (BRASIL, (CNE/MEC, BRASIL 2003, p.5)

Cada vez mais se exige dos trabalhadores contínua atualização e desenvolvimento de habilidades e competências, de modo a atender aos novos requisitos técnico-econômicos e a aumentar sua empregabilidade. A atividade empresarial diretamente influenciada pelos negócios eletrônicos vem demandando novas competências, adaptadas à realidade tecnológica. Dentre os perfis profissionais mais disputados, estão programadores, analistas, assim como os profissionais de Sistemas de Informação, segundo Dias (2010).

A exigência de contínua atualização e desenvolvimento de habilidades e competências que faz parte do jogo econômico em que o sujeito, que vai entrar no mercado de trabalho, precisa inserir-se. Dias (2010) cita a concepção do capital-competência, em que o sujeito funciona dentro da lógica empresarial, produz a necessidade de um investimento na competência do sujeito acontece para suprir essa exigência mercadológica e, essa atualização contínua e a necessidade de desenvolvimento de habilidade e competências vão depender, de alguma maneira, de como o profissional estará apto à “realidade tecnológica”, preso a uma rede de sentidos em que a ideologia constrói o consenso de que construção das competências é uma obrigação da sociedade da informação e que a inclusão nesse contexto depende da competência da mão de obra capacitada.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC)⁵ de Sistemas de Informação apresenta os objetivos baseados nas diretrizes definidas pelo CNE/MEC, Brasil (2003) para a definição de cursos na área de Sistemas de Informação:

OBJETIVOS DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Formar um profissional, especializado e versátil com forte espírito empreendedor, capaz de exercer diferentes funções na empresa, abrangendo desde a gestão da organização nos seus vários aspectos até os problemas específicos do desenvolvimento de aplicações, desenvolvimento, planejamento e gestão de Sistemas de Informação.

- Constituir-se em um espaço de integração entre o meio acadêmico e a sociedade na área de Sistemas de Informação;
- Contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Sistemas de Informação;
- Formar recursos humanos na área de Sistemas de Informação para atender as necessidades regionais e nacionais;
- Formar profissionais capazes de aplicar a computação em outros domínios do conhecimento;
- Capacitar o aluno para o desenvolvimento e a utilização de Sistemas de Informação para a solução de problemas organizacionais;
- Capacitar o aluno para planejar e gerenciar a utilização de recursos de Tecnologia da Informação;
- Formar profissionais para avaliar, especificar e instalar recursos da tecnologia da informação;
- Capacitar o aluno para gerenciar recursos e serviços da tecnologia da informação;
- Capacitar o aluno para desenvolver Sistemas de Informação;
- Capacitar o aluno para projetar e implementar sistemas de computação;
- Orientar o aluno para o desempenho de funções de gerência em informática;
- Orientar o aluno para o gerenciamento de seu próprio empreendimento;
- Preparar o aluno para uma prática profissional crítica e consciente, norteada por valores éticos e morais;
- Preparar o aluno para a aprendizagem, para a migração de tecnologias e para a sua independência em relação a estas.” (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 14).

⁵Projeto Pedagógico do Curso doravante referenciado como PPC

Em um de seus objetivos, aparece a formação do acadêmico como um profissional versátil e empreendedor, reafirmando as condições de produção para a inserção na formação discursiva capitalista:

um profissional especializado e versátil com forte espírito empreendedor, capaz de exercer diferentes funções na empresa, abrangendo desde a gestão da organização nos seus vários aspectos até os problemas específicos do desenvolvimento de aplicações, planejamento e gestão de Sistemas de Informação (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 14).

Questiono como é possível formar um profissional versátil? E ainda, sobre a capacitação, deverá o acadêmico cobrar-se da capacidade de resolver diferentes funções na empresa, em vários aspectos? Quão cobrado e quão capacitado deve ser esse profissional no exercício de sua profissão, profissão essa que abrange diversos níveis organizacionais, diferentes funções, do mais específico ao mais geral?

A empresa aparece no texto do PPC de Sistemas de Informação, seja como organização, empreendimento ou pela definição de empreendedor, gestor ou gerente, ou ainda pelo atendimento das necessidades, por dez vezes. Aparece nessas afirmações e reafirmações o destaque da formação mercadológica e empresarial a todo o momento nos objetivos do curso. A universidade, a questão do conhecimento e do saber não aparecem como o centro dos objetivos acadêmicos da graduação em Sistemas de Informação.

Conforme Terra (2006), o ensino de empreendedorismo durante a formação de um novo profissional tem sido considerado pelos especialistas da área como vital para o sucesso deste indivíduo. Terra (2006) salienta que as instituições de ensino que primam pelo desenvolvimento de novas competências para o trabalho têm apostado no ensino de empreendedorismo como ferramenta vital para a manutenção da empregabilidade de seus discentes e, estas instituições concebem seu projeto pedagógico baseado em novos paradigmas educacionais e no desenvolvimento das competências para o trabalho, considerando todas as peculiaridades e incertezas da sociedade do século XXI.

Essa reafirmação das competências como manutenção da empregabilidade movimentam os sentidos de inclusão condicional à sociedade da informação, envolvendo a universidade e o discente. Para Leal (2004), carreira e trabalho na mídia, quando aparecem, estão afinadas com os discursos do mundo dos valores neoliberais, ou seja, sobre o

empreendedorismo e a capacidade individual capaz de vencer a disputa no mercado de trabalho.

O profissional que é esperado, não é o indivíduo pensante, questionador, mas especializado e versátil, empreendedor, capaz de exercer diferentes funções na empresa, desde a gestão da organização nos seus vários aspectos até os problemas específicos do desenvolvimento de aplicações, desenvolvimento, planejamento e gestão de Sistemas de Informação.

Ainda para Terra (2006), no que se refere às características empreendedoras, o ensino de empreendedorismo favorece o desenvolvimento de importantes competências, tais como: capacidade de trabalhar em equipe, habilidade de comunicação verbal e escrita, administração do tempo, capacidade de realizar apresentações de ideias, autonomia para aprender e habilidades técnicas gerais e específicas, conforme a área de interesse.

A discursividade presente no Livro Verde, Brasil (2000), assim como nos documentos do Banco Mundial (BM), que definem os paradigmas da sociedade da informação nos países desenvolvidos aparecem no texto construído com as Diretrizes do CNE/MEC, Brasil (2003), e aparece reafirmado no PPC de Sistemas de Informação.

Saraiva (2007) afirma em seu trabalho que na área educacional o tema empreendedorismo incorpora-se às grades curriculares das Instituições de Educação Superior (IES) através das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e sugerem um perfil para o aluno que desenvolva capacidade empreendedora e crítica.

Os objetivos dos cursos de graduação deveriam transbordar a construção do saber, porém, no PPC de Sistemas de Informação a questão da capacitação aparece cinco vezes entre os catorze objetivos específicos. Isso representa que mais de um terço dos objetivos visam à capacitação para desenvolvimento, planejamento, gerenciamento e utilização da tecnologia da informação e Sistemas de Informação. É o empreendedorismo e o treinamento profissional superando a construção do saber.

Dornelas (2008, p.24) defende que “(...) com certeza o ensino do empreendedorismo ajudará na formação de melhores empresários, melhores empresas e na maior geração de riqueza ao país”. Porém, Saraiva (2007) argumenta que incorporar uma formação empreendedora “significa consentir, do ponto de vista profissional, com as iniciativas empresariais pró-flexibilização do trabalho, já que passa a ser responsabilidade dos indivíduos

‘empreender’ suas carreiras e oportunidades profissionais”. Passo a questionar, concordando com o autor, que o indivíduo já deve chegar à universidade com o peso (do discurso neoliberal) de iniciar sua formação, nesse forte espírito empreendedor, de forma individualista e competitiva?

Para Costa (2010), ao contrário de questionamentos, o que pode ser identificado neste tipo de análise é um movimento de naturalização, universalização e descontextualização das ideias de empreendedor e empreendedorismo, privilegiando-se apenas enfoques e abordagens que ressaltam os resultados positivos e benéficos do processo de empreender para os indivíduos, organizações e países.

Enfim, cabe indagar-se a quem interessa a disseminação de um modelo conceitual que privilegia o empreendedor de “conteúdo capitalista, ocidental, branco, masculino, heterossexual e euro-norte-americano – tido como certo e como padrão a ser copiado por todos os demais” (SARAIVA, 2007, p.6).

De todos os objetivos constituintes do PPC de Sistemas de Informação, somente três vezes aparecem as palavras relativas à construção do saber, sendo que quando fala em desenvolvimento científico é no sentido de contribuir para o desenvolvimento tecnológico empresarial, retomando o discurso da inclusão digital voltada ao desenvolvimento tecnológico. A palavra conhecimento aparece uma única vez em todo o texto, associada à formação de profissionais que sejam capazes de aplicar a computação em outros domínios de conhecimento, retomando a questão da capacitação e habilidade.

E se o papel da universidade é qualificar e adequar os alunos para um modelo específico de inserção no mundo do trabalho e se a educação não é uma mercadoria, talvez seja relevante considerar, como faz Mézaros (2008 apud Costa 2010), se ao invés de qualificar para o mercado a educação não deveria educar para a vida, uma vez que “pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos” (JINKINGS, 2008, p.9 apud Costa 2010).

Aparece ainda, nos objetivos do PPC, o objetivo de “constituir-se em um espaço de integração entre o meio acadêmico e a sociedade na área de Sistemas de Informação”, e em vários momentos do texto a afirmação da necessidade de capacitação do aluno, reafirmando o sujeito valorizado pelo Estado por sua competência aparece como consenso, em que o sujeito

deve “aprender a aprender” e lidar com a tecnologia da informação, assim como fundamentado no Livro Verde, Brasil (2000).

Neste ponto penso no aspecto de constituir-se em um espaço de integração, como o sujeito do discurso da Sociedade da Informação concebe o espaço (urbano), que para Orlandi (2010c), é o enquadramento dos fenômenos e práticas que acontecem na cidade. E questiono se a integração proposta entre o acadêmico e a sociedade associa sentidos a partir da convivência das diversas materialidades significantes, dos diferentes efeitos de sentidos, nas diferentes textualidades?

A unidade do discurso é um efeito de sentido para Orlandi (2009c, p. 15), mostrando que define “a palavra discurso, etimologicamente, como a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”, um lugar onde se pode analisar a relação da ideologia com a língua. O discurso tem uma materialidade que não é transparência de informação, muito menos comunicação. E sobre a materialidade afirma que é o processo de constituir os sentidos e, quando se reflete sobre discurso, pensa-se nas posições de sujeito e nos enunciados que os indivíduos produzem, em determinadas situações sociais e suas condições de produção. Os discursos se movem em direção a outros, um discurso não acaba quando começa outro, mas eles se movimentam, se relacionam. Os discursos nunca estão sós, sempre estão atravessados por vozes que os antecederam e que mantêm com eles constantes duelos, ora os legitimando, ora os confrontando.

Sobre o objetivo: “preparar o aluno para uma prática profissional crítica e consciente, norteada por valores éticos e morais”, do PPC de Sistemas de Informação, (UNIVAS, 2009c, p. 15), a afiliação à formação discursiva mercadológica (em que a capacitação e habilidades são evidenciadas a todo o momento como evidentes), produz efeitos de sentido sobre as práticas que o constituem. Questiono se esse objetivo não remete a vestígios da formação discursiva da ditadura, em que as escolas tinham uma disciplina chamada Educação, Moral e Cívica? Não seria, de alguma forma, esse discurso mercadológico uma nova ditadura ou uma nova forma disciplinadora mascarada pela globalização e evolução tecnológica?

O Perfil do Egresso, constante no projeto pedagógico, não evidencia o sujeito em momento algum. Preocupa-se com o papel da tecnologia da informação nas organizações, com o processo de transformação das informações e com as tomadas de decisões possíveis com essas informações disponibilizadas e a sua qualidade para o sucesso e competitividade empresarial:

As organizações contemporâneas têm na tecnologia da informação um elemento estratégico, na medida em que as soluções tecnológicas automatizam processos organizacionais e são fonte de vantagens competitivas através da análise de cenários, apoio ao processo decisório e definição e implementação de novas estratégias organizacionais. Assim, cresce a preocupação com a coleta, armazenamento, processamento e transmissão da informação na medida em que a disponibilidade da informação certa, no momento certo, para o tomador de decisão certo, é requisito fundamental para a melhoria contínua da qualidade e competitividade organizacionais, o que implica em considerar a crescente relevância dos Sistemas de Informação baseados em computador. SBC-1999 (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 16).

Esse trecho concorda e reafirma os objetivos e diretrizes pedagógicas da universidade (UNIVÁS), mostrando as condições de produção da formação discursiva constituída na ideologia capitalista, em que o sentido de evidência aparece no discurso da universidade, não somente no curso de Sistemas de Informação:

cumprir função formadora e transformadora, investindo no aluno, para formar diplomados em cidadãos competentes, socialmente responsáveis e empreendedores nas diversas áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 9).

Porém, há um paradoxo quando se trata dos paradigmas da universidade, um conflito entre a construção do saber versus a evolução tecnológica a propósito do mercado, o que é possível perceber no primeiro objetivo da universidade:

cumprir função humanística, contribuindo para o processo de consolidação da cidadania brasileira, mediante a primazia da pessoa humana sobre a matéria; primazia do bem comum sobre o bem individual; primazia da justiça e da fraternidade no relacionamento entre as pessoas e da correlação dos direitos e deveres de cada um; (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 9).

O cidadão proposto na diretriz da universidade é aquele competente (voltando à questão da competência), empreendedor, apto a suprir os setores profissionais da sociedade. Onde está o sujeito nesse contexto? O papel da universidade é formar pessoas ou ferramentas de auxílio à tomada de decisão e competitividade empresarial, suprimindo a necessidade de competências à sociedade?

Existe ainda um capítulo que define o Perfil do Egresso, o qual é composto por um subcapítulo chamado Competências e Habilidades, que tem as seguintes definições:

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Um conjunto de níveis de proficiência técnica deve ser desenvolvido ao longo do curso, no corpo discente, de modo a propiciar uma formação adequada às necessidades do mercado, consoante aos objetivos propostos para o curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares para a área de Computação e Informática do MEC. Assim, deve-se buscar, sistematicamente, desenvolver os seguintes níveis de proficiência: capacidade de compreensão de problemas do mundo real; aplicação dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas; capacidade de análise sistêmica dos problemas; capacidade de síntese e de realização de projetos; e, finalmente, capacidade de avaliação e julgamento. (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 17)

Mais uma vez é evidenciado o capital-competência, em que o sujeito fica preso à rede de sentidos determinada pela lógica empresarial em que a atualização contínua e a necessidade de desenvolvimento de habilidade e competências fazem parte do processo de inclusão no mercado (ou exclusão àqueles que não se atualizam ou não são “competentes” para atender às necessidades empresariais e do mercado).

Nesse mesmo capítulo, o PPC ainda reforça o papel do curso de Sistemas de Informação quanto à sua responsabilidade quanto à sociedade:

Portanto, o curso de Sistemas de Informação tem a responsabilidade geral de desenvolver, implementar e gerenciar uma infraestrutura de tecnologia da informação (computadores e comunicação) de dados (internos e externos) e sistemas que abrangem toda a organização. Tem a responsabilidade de fazer prospecção de novas tecnologias da informação e auxiliar na sua incorporação às estratégias, planejamento e práticas da organização. A função também apoia sistemas de tecnologia da informação departamentais e individuais. (PPC de Sistemas de Informação, UNIVAS, 2009, p. 17)

A responsabilidade do curso, citada por duas vezes, é totalmente direcionada à tecnologia da informação, aos sistemas que apoiam as atividades organizacionais, assim como o planejamento e estratégias e finalmente cita o apoio individual, mas não em relação ao sujeito, mas dos sistemas de tecnologia da informação individuais e o indivíduo é aquele “construído” (individuado) pela instituição que representa os interesses do Estado e que vai

ser uma ferramenta tecnológica preparada para o mercado, como uma linha de produção que prepara robôs que controlam sistemas.

Finalmente, para Orlandi (1988), o funcionamento discursivo permite estabelecer como o linguístico e o ideológico se relacionam, com as marcas e as propriedades do discurso é possível analisar seu funcionamento, relacionado às formações discursivas, os quais remetem a certas formações ideológicas. Diferentes formações discursivas correspondem a diferentes posições-sujeito, pois em um mesmo texto é provável encontrar enunciados de discursos variados provenientes de várias formações discursivas, ou seja, a ideologia dá o sentido de evidência, de transparência, mas um texto não pode constituir-se homogeneamente, uma vez que a ideologia apresenta descontinuidades e contradições, que são justamente representadas no texto pelas diferentes posições do sujeito.

Conforme visto nos objetivos da universidade, essas contradições aparecem ao longo do processo discursivo, evidenciando a formação discursiva em que o texto está constituído.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disseminação do conceito de globalização, a extensão progressiva do capitalismo, em escala planetária, o que segundo Carroué (2005 apud Orlandi 2010a) é ao mesmo tempo uma ideologia (liberalismo), uma moeda (dólar), um sistema político (democracia) e um instrumento (capitalismo) e a abertura dos mercados nos anos 90 são o princípio da constituição da institucionalização do Estado, berço da formação discursiva tecnológica, proporcionando as condições de produção para o assujeitamento do sujeito tecnológico organizacional e social.

Através do meu trabalho analisei o sujeito do discurso da Sociedade da Informação que aparece no material pedagógico do curso de Sistemas de Informação, o qual é constituído pelo sujeito do discurso da Sociedade da Informação das políticas públicas do Estado e, através de pesquisa analisei que aparece a posição do sujeito, no processo de individuação e as condições de produção do sujeito do discurso da Sociedade da Informação. Analisei o processo que leva à inscrição do sujeito nas formações discursivas, principalmente no sujeito do discurso da Sociedade da Informação. Foi possível analisar ainda, ao longo da pesquisa, como as condições de produção que, nesse caso, são caracterizadas pelas necessidades elucidadas pelo mercado, aparecem no discurso do acadêmico em Sistemas de Informação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e como foi que chegaram lá. A tecnologia do poder no jogo disciplinador do Estado aparece ao longo de toda a pesquisa e análise do discurso do PPC de Sistemas de Informação, desde o Banco Mundial, com seu discurso neoliberal, constituindo o Livro verde e, finalmente na formação discursiva que constitui o PPC de Sistemas de informação. O jogo de poder acontece, disciplina, assujeita.

A proposta de “nivelamento” tecnológico das políticas públicas do Estado é um fator segregante, que leva a questão da constituição do sujeito no contexto da tecnologia da informação como meio “formador” social de políticas públicas de inclusão digital e de tecnologias de ferramentas de ensino. Em vários momentos da minha pesquisa encontrei evidências dessa segregação no próprio texto do Estado, fosse ele do BM, do Livro Verde, Brasil (2000), ou mesmo do CNE/MEC, Brasil (2003).

Reafirmando o proposto por Pêcheux (1975 apud ORLANDI 2010c), que existem muito mais efeitos de sentido do que informações e que esses efeitos tem como resultado as informações em suas diferentes materialidades significantes e que torna possível perceber os

diferentes modos de significar são mostrados em discursos variados, inscritos em diferentes formações discursivas. As formações discursivas aparecem nas diferentes posições-sujeito, a ideologia aparece no sentido de evidência e de transparência, apresentando as contradições, assim como aparece nos objetivos da universidade, ou nos textos institucionais sobre a Sociedade da Informação e evidenciam a formação discursiva em que o texto está constituído.

Foi observada, ao longo da pesquisa, como a interpelação do indivíduo em sujeito e sua individuação pelo Estado resultam num sujeito ao mesmo tempo livre e responsável, em que as formas de individuação, aparecem quando estabelecidas pelas instituições, resultando em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. O sujeito individuado, afetado pela língua e pela ideologia, se identifica pela sua inscrição em diferentes formações discursivas, e daí resultam as posições sujeitos. Quando se trata do sujeito do discurso da Sociedade da Informação, aparece um reflexo do discurso capitalista, onde os interesses econômicos utilizam o contexto de inclusão e socialização para alimentar o próprio jogo econômico capitalista, e aparecem como efeitos de sentido na constituição do sujeito.

Quando se trata de inclusão digital, aqueles que normalmente já são excluídos socialmente tornam-se ainda mais excluídos por não estarem capacitados ou hábeis aos “caminhos do progresso e do novo paradigma econômico”. São chamados por alguns autores de “infoexcluídos”, porém é muito mais abrangente do que somente exclusão tecnológica. É o sujeito individuado pelo capitalismo, mas excluído do próprio jogo, ficando à margem social.

Questiono ainda, ao longo do meu estudo, onde está o sujeito nos textos institucionais, mesmo na universidade, que tem como papel formar pessoas, mas que a cada trecho analisado do sujeito do discurso da Sociedade da Informação percebi muito mais como uma “fábrica” de ferramentas de auxílio à tomada de decisão e competitividade empresarial, que busca suprir a necessidade de competências da sociedade do que formadora de indivíduos, seres pensantes, filósofos.

Falando em filosofia, não que eu queira discutir qualquer aspecto sobre ela, que do grego *Φιλοσοφία* significa amor à sabedoria, o estudo de problemas fundamentais relacionados à existência, ao conhecimento, à verdade, mas em momento algum nos textos analisados, fossem institucionais do estado ou da universidade, foi sequer citada essa questão. Não é objetivo do Estado ou da própria universidade propor estudos filosóficos, do conhecimento, da verdade em suas propostas, projetos pedagógicos ou diretrizes para

constituição de cursos da área tecnológica, quaisquer que sejam eles, nem está nas propostas o fazer pensar ou sequer o estimular a formular perguntas, questionar.

Através do discurso capitalista, em sua vertente tecnológica, o sujeito fica preso à rede de sentidos apontada pela lógica empresarial, a atualização contínua e a necessidade de ampliação de habilidades e competências, todas essas questões fazem parte do processo de individuação, estabelecidas pelo Estado e pelo mercado, nas diretrizes da sociedade da informação e aparecem no sujeito do discurso da Sociedade da Informação, da universidade e outras instituições.

O paradoxo dos paradigmas da universidade no conflito entre a construção do saber e a capacitação acadêmica para a evolução tecnológica a propósito do mercado aparece nos objetivos da universidade, no PPC de Sistemas de Informação, mas também nas diretrizes do CNE/MEC, Brasil (2003).

Contudo, o processo de inclusão ao mercado, ou exclusão àqueles que não se contextualizam nele e não possuem as habilidades e competências, é exigido àqueles que se inserem nessas formações discursivas, tendo como foco o suprimento às necessidades empresarias e do mercado, sem a preocupação real com o indivíduo e sem dar importância ao questionamento, paradoxal ao que propõe a LDB, em seu artigo 52, que “a universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. O próprio Estado institui a universidade como um lugar de cultivo do saber, mas nas diretrizes curriculares da constituição dos cursos, que constituem os projetos pedagógicos e são instrumentos de individuação no sujeito do discurso da Sociedade da Informação, aparecem as contradições, e afirma que a universidade deve capacitar para o mercado, formando o sujeito com habilidade e competência.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed. Presença, 1980.

ASCENSÃO, J. O. **Sociedade da informação e mundo globalizado**. Acessado em 20/09/2011. Disponível em: <<http://www.apdi.pt/APDI/DOCTRINA/GLOBSOCI.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Educación Superior nel desarrollo de los países**. Washington D. C.: Educación Desarrollo humano, 1980. Disponível em: <<http://www.suc.unam.mx/riseu/hemeroteca/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. **La enseñanza superior: lecciones derivadas de La experiencia**. Washington D. C.: Políticas Sociales y Educativas, 1995. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. **Higher education in developing countries: peril and promise**. Washington D. C.: 2000. Disponível em: <http://www.accesstosuccess-africa.eu/web/images/literature/peril_and_promise.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. **Constructing knowledge societies: new challenges for tertiary education**. Washington D. C.: 2002. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,contentMDK:20283509~isCURL:Y~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html>>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. **Lifelong learning in the global knowledge economy: challenges for developing countries**. Washington D. C.: 2003. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,contentMDK:20283504~isCURL:Y~menuPK:617592~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html>>. Acesso em: 27 set. 2011.

BENNIS, Warren. **A formação do líder**. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 1996.

BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação (CNE) Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares dos cursos de Bacharelado e de Licenciatura da área de computação. 2003. Disponível em: http://www.sbc.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=195&task=finish&cid=186&catid=36. Acesso em: 27 set. 2011.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde. Brasília: MCT, 2000. Disponível em: http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/gestao-e-organizacao/BRASIL_livroverdeSI.pdf. Acesso em: 01 jul. 2011

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Em: A Sociedade em rede. Ed 1ª. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 2000.

COSTA, A. M. **Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios**. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, RJ, 2010.

DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

_____. **Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida da cidade**. In: **Discurso e Políticas Públicas Urbanas**. Campinas, SP: Ed. RG, 2010.

_____. **E-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano**. In: **DIAS, Cristiane. E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital [online]**, 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>Laboratório de Estudos Urbanos LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em: 09 out. 2011.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2008.

FILHO, F.R.B. **(Des) organização, técnica e racionalidade no imaginário urban(ístic)o**. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.2, n.1, jan, 2011. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br>. Acesso em: 07 jan. 2012.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Ed.Loyola, 2009.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Ed.Martins Fontes, 2008 a.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2008b.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Trad. Betânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Ed. Pontes, 2004.

JACQUES, M. G. & STREY, M. N. **Psicologia social contemporânea: livro texto**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

LEAL, M. R. **Mulher para toda obra - A representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 1990**. (Tese de Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional - Artigo 52 - LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Senado Federal. Brasília: DF, 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480>. Acesso em: 03 out 2011.

MARI, Cezar Luiz de. **Educação Superior e sociedade do conhecimento: entre as orientações econômicas e pedagógicas do Banco Mundial na década de 90**. Conjectura, Caxias do Sul, v. 14, n. 1, p. 167-190, jan./maio 2009 174. Disponível em:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/9/9>. Acesso em: 05 jan. 2012.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Ed. Presença, 1975. vol. 1.

MENEGHETTI, F.K. CICMANEC, E. **Instituição da Violência no Trabalho em uma Loja de Departamentos**. Anais do VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Florianópolis, 2010.

ORLANDI, E. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Revista Eletrônica Em Aberto, MEC, Vol. 14, Nº 61, 1994.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Campinas: Ed.Cortez/Ed. da Unicamp, 1988.

_____ (et al.). **Sujeito e Discurso**. São Paulo: Ed. PUC-SP (Série Cadernos PUC – 31). 1988b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2007a.

_____. **O que é linguística?** 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2009a.

_____. **Linguagem e tecnologia da informação**. Campinas, SP: Labeurb/Ed. Unicamp, 2009b.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2009c.

_____. **Espaço da Violência: o sentido da delinquência**. -Mas onde cresce o perigo cresce também o que salva (?) -revista do IEL Cadernos de Estudos Linguísticos, nº52, em 2010a.

_____. **Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória.** Revista Eletrônica Entremeios Vol. 1. Pouso Alegre, MG: UNIVAS, 2010b.

_____. **A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade** Campinas, SP: Revista Rua, Nº 16, Vol. 2, 2010c.

_____. **Discurso e textualidade.** 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2010d.

_____. **Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital,** Não publicado, 2010e.

ORLANDI, E. (org.) e outros. **Formas de Individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: O caso da delinquência.** In: **Discurso e políticas públicas urbanas.** Campinas, SP: Ed. RG, 2010f.

PAYER, M. O. **Linguagem e Sociedade Contemporânea. Sujeito, Mídia, Mercado.** Revista Rua, NUDECRI, no. 11. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005.

PÊCHEUX, M. **O Mecanismo do (des)conhecimento ideológico.** IN: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Um Mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. Contraponto, 1996.

_____. **Poruma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux.** Gadet e Hack (org) Trad. Bethania Mariani [et al]. Campinas: Ed. Unicamp, 1997a.

_____. **A análise de discurso: três épocas.** In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux,** M. 3ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997b.

_____. **O discurso. Estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni Orlandi. 5ª ed. São Paulo, SP: Ed. Pontes, 2008.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Trad. Eni Pucinelli Orlandi et al. 3^a.ed. Campinas-SP, Editora da UNICAMP. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

SARAIVA, L. A. S. **O Túnel no Fim da Luz: A Educação Superior em Administração no Brasil e a Questão da Emancipação.** Anais do XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, setembro de 2007.

TERRA, Branca. **O empreendedorismo e a inovação tecnológica.** Disponível em: <http://www.capitalderisco.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2011.

USEEM, Michael. **A hora de ser líder.** In Revista Você S.A, n. 10, p. 68/75, Abr. 1999.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios.** Ci. Inf. [online]. 2000, vol.29, n°2 (2011), p.71-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200009&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1965. Acesso em: 15 set. 2011.

ANEXOS

1. Projeto Pedagógico do Curso de Sistemas de Informação.
2. Diretrizes do CNE/MEC, Brasil (2003) para a área de computação.
3. Capítulos analisados do Livro Verde, Brasil (2000).